

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE ALAGOAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA
ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO 2009**

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE ALAGOAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA
ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Maceió, 29 de março de 2010

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Breve Histórico.....	9
Identificação.....	13
Objetivos e Metas Institucionais.....	14
Desempenho Operacional.....	20
Programação Orçamentária.....	20
Execução Orçamentária.....	38
Evolução de Gastos Gerais.....	47
Programas e Ações Sobre e as Responsabilidades do IFAL.....	49
Indicadores de Desempenho.....	97
Composição de Recursos Humanos.....	122
Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	129
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	129
Demonstrativos de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	130
Previdência Complementar Patrocinada.....	133
Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal.....	133
Renúncia Tributária.....	133
Declaração sobre a regularidade dos beneficiários de direitos de renúncia.....	133
Operações de Fundos.....	133
Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	134
Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	135
Determinações e Recomendações do TCU.....	155

Luís Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Fernando Haddad
Ministro da educação

Eliezer Moreira Pacheco
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Roland dos Santos Gonçalves
Reitor Pró-Tempore

Sandra Broad Rizzo de Omena
Chefe de Gabinete

José Carlos Pessoa de Melo
Pró-Reitor de Ensino

Jarbas Alves Cavalcante
Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Dácio Lopes Camerino Filho
Pró-Reitor de Relações Empresariais e Comunitárias

Álvaro José de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Paulo Felisberto da Rocha
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

José Jonas de Melo Alves
Diretor-Geral do Campus Satuba

Sérgio Teixeira Costa
Diretor-Geral do Campus Maceió

Osineide Cavalcante de Farias
Diretora-Geral do Campus Marechal Deodoro

Carlos Guedes de Lacerda
Diretor-Geral do Campus Palmeira dos Índios

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Roland dos Santos Gonçalves

Representantes do Corpo Docente

José Hélio dos Santos – Titular

Marcos Henrique Lucena Serafim – Suplente

Fabiano Duarte Machado – Titular

José Isnaldo de Lima Barbosa – Suplente

Representante do Corpo Técnico Administrativo

Maurício Ferreira Menezes – Titular

Hélio Francisco da Silva Filho – Suplente

Elizângela Correia Mariano – Titular

José Enildo Freire Costa – Suplente

Representantes do Corpo Discente

Jaymerson Lima da Silva - Titular

Emerson Lima Monteiro – Suplente

João Carlos Cyrilo da Silva – Titular

João Matias da Silva Neto - Suplente

Representantes dos Alunos Egressos

Jesimiel Pinheiro Cavalcante - Titular

Valéria Vanessa Ferreira dos Santos – Suplente

Heloisa Maria Alves Araújo - Titular

Representantes de Entidades Patronais

Alfredo Raimundo Correia Dacal – Titular

Marcelo de Souza Carvalho – Suplente

Ana Paula de Oliveira Peixoto – Titular

Simone Firmino de Menezes – Suplente

Representantes de Entidades dos Trabalhadores

Maria Amélia Calheiros Santos - Titular

Marcos Antônio Pereira da Silva - Suplente

Valdomiro Batista dos Santos – Titular

Luiz Cavalcante Tavares – Suplente

Representantes do Setor Público

Luiz Otávio Gomes – Titular

Rafaelle Ingrid de Vasconcelos Novaes – Suplente

Kátia Born Ribeiro - Titular

Janesmar Camilo de Mendonça Cavalcante – Suplente

Representantes do Colégio de Dirigentes

José Jonas de Melo Alves – Titular

Carlos Guedes de Lacerda – Titular

Sérgio Teixeira Costa – Suplente

Osineide Cavalcante de Farias – Suplente

Representantes da SETEC/MEC

Sérgio Gaudêncio Portela de Melo – Titular

Gleisson Cardoso Rubin – Suplente

INTRODUÇÃO

Sob muitos aspectos o ano de 2009 foi *sui generis* para o ensino técnico e tecnológico no Brasil e, particularmente, em Alagoas.

Iniciado o processo de institucionalização da oferta de cursos de formação de profissionais em nível médio e tecnológico com a fusão do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (CEFET-AL) e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS), ambas autarquias independentes e que passaram a constituir escopo único de formação e gestão, muitas foram as ações decorrentes desse processo, todas emergentes, todas essenciais, tornando o ano de 2009 singular dada a dificuldade de gerenciamento do processo.

A primeira investida da integração foi a constituição do corpo gestor. Imediatamente depois, surge a necessidade de construir novo Plano de Desenvolvimento Institucional, peça normativa basilar do novo empreendimento e que funda o presente relatório.

A unificação dos sistemas de gestão (patrimônio, pessoal, tecnologia da informação etc) foi passo relevante num processo pautado pela união de culturas e valores diversos.

Essa diversidade se dá, primordialmente, pela diversa natureza da oferta de ensino técnico e tecnológico que as duas instituições originárias possuíam. Enquanto as atividades do antigo CEFET-AL versavam sobre a economia secundária e terciária a antiga EAFS exercia seu valoroso labor acadêmico sobre as bases econômicas do setor primário.

Essa dificuldade se apresentou muito amiúde no tocante à reconstrução do paradigma pedagógico da Instituição que se firmava, cujo vórtice tinha como centro o Projeto Político Pedagógico da Escola. Várias foram as investidas levadas a termo no sentido de se obter os resultados sociais previstos nos Planos comentados e, simultaneamente, sistematizar todo o processo gestor das diversas unidades.

Mas “arrumar a casa” não foi o único grande desafio; o desenvolvimento institucional imposto pela reforma da educação técnica e tecnológica impetrada pelo Ministério da Educação, igualmente, se mostrou desafio de proporções épicas.

Do atual quadro de mais de quatro mil alunos para onze mil previstos nos próximos quatro anos; dos atuais quatro *campi* para os futuros onze (com previsão

real de ampliação para treze); dos mais diversos concursos para provimento de cargos, do mesmo modo, vários entre tantas outras investidas necessárias à ampliação. Mudanças que passaram a representar o grande desafio imposto pelo novo contexto.

Apesar dessas condicionantes, dos conflitos, das adversidades de natureza orçamentária, de gestão, de pessoal, todas características próprias do fazer público e das relações humanas, dois mil e nove foi, certamente, um ano repleto e coroado de sucesso e de realizações administrativas.

Roland dos Santos Gonçalves

Reitor Pró-Tempore

BREVE HISTÓRICO

Para melhor compreender a construção histórico-política do ensino técnico em terras alagoanas, particularmente a se compreender que o Instituto Federal de Alagoas nasce de duas autarquias com personalidades, até então, absolutamente distintas, mister se faz separar as narrativas, pelo menos, até 28 de dezembro de 2008 nas alusivas aos extintos CEFET e Agrotécnica Federal, iniciando por aquele.

Através do Decreto N° 7.566, de 23 de setembro de 1909, o Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas profissionalizantes no País, denominadas *Escola de Aprendizes Artífices*. A maioria delas foi criada onde ainda não existiam indústrias o que comprova que seu objetivo inicial era o de qualificar artesãos e não para a formação de mão-de-obra para a indústria. Da mesma forma, sua localização, sempre nas capitais, obedecia mais a critérios políticos do que a critérios de desenvolvimento urbano e sócio-econômico. O aumento considerável de pessoas “deserdadas” ou “desvalidas” que afluíam para as cidades fez com que essas escolas fossem criadas com o propósito de neutralizar esses efeitos, considerados nocivos ao governo.

A Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, que surgiu em cumprimento de disposto em diploma legal do Governo Federal, já nasceu envolta em estigma, preconceito e discriminação. O tempo, entretanto, se encarregou de apagar essa imagem. Instalou-se, inicialmente, na Rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, Centro, no dia 21 de janeiro de 1910. Para o início das aulas, foram montadas oficinas de serralharia, marcenaria, fundição e sapataria. Além desses ofícios, ensinava-se o curso primário e o curso de desenho. Foram matriculados 93 alunos.

A falta de condições de funcionamento, devido às instalações precárias, fez com que a Escola passasse a funcionar na Praça Sinimbu (atual prédio da Antiga Reitoria da Universidade Federal de Alagoas – UFAL). Após alguns meses, foi instalada a oficina de alfaiataria, perfazendo o total de cinco, número limite exigido pelo Governo Federal.

Ao longo dos 99 anos de existência, a Escola passou por vários processos de reforma, recebendo diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909 a 1937), Liceu Industrial de Maceió (1937 a 1961), Escola Industrial Deodoro da Fonseca e Escola Industrial Federal de Alagoas (1961 a 1967), Escola Técnica Federal de Alagoas (1967 a 1999), Centro Federal de Educação, Tecnológica de

Alagoas, de acordo com os termos da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, depois regulamentado nos termos do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997 e implementado nos termos do Decreto de 22 de março de 1999, tornou-se instituição dotada de todas as prerrogativas de uma Instituição de Ensino Superior, nos termos do Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004. E, finalmente, a partir da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e com ela a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

Em 1987, o Ministério da Educação resolveu criar um programa de expansão e melhoria do ensino técnico de 2º grau. Com sua execução nasceram os campus avançados das Escolas Técnicas Federais, denominados de Unidades de Ensino Descentralizadas. Ainda como Escola Técnica Federal de Alagoas, foi atribuída a essa instituição a tarefa de implantar duas unidades de ensino: a Unidade Descentralizada de Palmeira dos Índios, localizada no município de Palmeira dos Índios, distante 130 km de Maceió, que teve seu funcionamento autorizado através da portaria 1.530 do DOU, datada de 19 de outubro de 1992; e a Unidade Descentralizada de Marechal Deodoro, localizada no Município de Marechal Deodoro, distante 25 Km da capital, que teve seu funcionamento autorizado através da portaria 1.699 do DOU, datada de 6 de dezembro de 1994.

No ano de 1999, a Escola Técnica Federal Alagoas é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - o que permitiu a criação dos primeiros cursos superiores de tecnologia.

No período de 2000 a 2008, foram sendo implantados diversos cursos de nível superior, destinados à formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, e também convênios e programas para a qualificação em nível de pós-graduação dos servidores efetivos do CEFET-AL.

Como dissemos anteriormente, a história do Instituto Federal de Alagoas, por força de sua formação inicial, desdobra-se em duas: a primeira, do CEFET-AL e a segunda da Escola Agrotécnica Federal de Satuba que, de modo resumido, apresentamos agora.

O Município de Satuba está localizado na Região Metropolitana de Maceió, Estado de Alagoas. No início, o povoado era conhecido como "Carrapato". Existiam apenas 11 casas de taipa e palha. Em 1893, houve a construção de uma pequena capela que, mais tarde, foi reformada para ser a matriz de Nossa Senhora da Guia. Dois

sítios e dois engenhos garantiam o desenvolvimento de "Carrapato", principalmente onde hoje funciona o Campus Satuba do Instituto Federal de Alagoas.

A povoação crescia, mas o comércio não acompanhou o progresso. Entretanto, quando a estrada de ferro começou a ser construída, "Carrapato" conseguiu ter um bom movimento. O antigo nome foi alterado para Satuba, que vem de "saúva", uma formiga característica das terras da região. A primeira escola pública também surgiu nessa época. Uma agência postal funcionou como o primeiro serviço público de Satuba.

Até 1950, era povoado de Rio Largo, mas, depois do censo, alguns moradores resolveram lutar pela emancipação, Walter Figueiredo e Aristeu Lopes de Oliveira, por exemplo, praticamente asseguraram que, em 1960, a lei 2.265 garantisse a autonomia administrativa e política.

Desde a sua fundação, até os dias atuais, o Campus Satuba teve várias denominações. No entanto, sempre permaneceu destinado a formar mão-de-obra qualificada, para atender à demanda do setor agropecuário do Estado de Alagoas, não só às indústrias do ramo, mas, sobretudo, buscando melhorar a vida do homem do campo, através da disseminação de tecnologias que significassem aumento da produtividade e dos lucros, para as explorações agrícolas e zootécnicas das comunidades rurais.

O Decreto Lei Nº 8.940, de 30 de agosto de 1911 cria o Patronato Agrícola de Alagoas, destinado a ensinar, inicialmente, aos jovens, ofícios como os de selaria, carpintaria, sapataria, entre outros. Apenas a partir de 1931, o Patronato inicia o ensino profissional agrícola.

Em 1934, o Patronato foi transformado no aprendizado agrícola de alagoas, recebendo a denominação de Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto no ano de 1939.

A partir de 1943, o Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto passou a oferecer três níveis de cursos: Curso Básico, Curso Rural e Curso de Adaptação.

Em 1947, o Aprendizado recebeu a denominação de Escola Agrícola Floriano Peixoto, denominação que permaneceu até o ano de 1957, quando passou a se denominar Escola Agrotécnica Floriano Peixoto. A partir desta data, a Escola passou a oferecer o Curso Técnico de Agricultura, com sua primeira turma formada em 1960.

Nova denominação surge em 1964, quando a escola foi denominada Colégio Agrícola Floriano Peixoto. A esta época, o colégio oferecia os cursos de Iniciação e Mestría Agrícola, além do Técnico em Agricultura.

A partir de 1969, deixam de existir os cursos de iniciação e de mestría, permanecendo, apenas o de Técnico em Agricultura.

Com as mudanças ocorridas após a criação da antiga Coordenação do Ensino Agropecuário – COAGRI houve a unificação nacional do título novo do curso, que passou a chamar-se curso Técnico em Agropecuária.

Desde 4 de setembro de 1979, por força do Decreto nº 83.937, a instituição recebeu a denominação, corrente em todo o território nacional, para esse tipo de ensino, de Escola Agrotécnica Federal de Satuba. Em novembro de 1993 passou a ser uma Autarquia Federal.

A Formação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

Em dezembro de 2008 é criada uma nova Instituição, denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, formado a partir da fusão das duas autarquias anteriormente referenciadas (Escola Agrotécnica Federal de Satuba e Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – EAFS e CEFET-AL) que, inicialmente com históricos distintos, passam a construir uma nova realidade educacional em Alagoas. Sua precípua finalidade é a de ser uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 000244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas			
Denominação abreviada: IFAL			
Código SIORG: 100900	Código LOA: 26202	Código SIAFI: 153004	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação		Código CNAE: 8541-4	
Telefones/Fax de contato:	(82) 2126-7050	(82) 2126-7051	(82) 2126-7000
Endereço eletrônico: secgab@cefet-al.br			
Página da Internet: http://www.cefet-al.br			
Endereço Postal: Rua Barão de Atalaia, s/n. Centro. Maceió. Alagoas. CEP 57020-510			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União no dia 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou o Instituto Federal de Alagoas.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução nº 11, de 22 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 de outubro de 2009, que autoriza a aprovação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 9.94/2006, de 20 de dezembro de 2006, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
153004	Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
15202	Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
153004		15202	

OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DO IFAL NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL de é uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação, e integra o a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Consciente de sua responsabilidade na execução das políticas públicas, ampliou a oferta da educação profissional e tecnológica a jovens e adultos no Estado, principalmente no interior e aos estudantes oriundos da rede pública de ensino, executando ações dentro dos Programas de Governo de seu Orçamento e balizado na sua missão institucional: *Formar cidadãos capazes de reconhecerem-se sujeitos de idéias e de conhecimentos nos mais diversos campos do saber, da cultura e das artes, promovendo a qualidade social da educação fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento sócio-econômico-cultural alagoano e brasileiro.*

Reconhecida pela sociedade alagoana por sua excelência no ensino público de qualidade, buscou, em 2009, através de uma gestão voltada para valorização das pessoas e otimização dos recursos disponíveis atingir suas finalidades institucionais: *Formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.*

É importante ressaltar as principais características da Instituição como forma de demonstrar a abrangência de sua área de atuação e as diversas possibilidades de

atender às políticas públicas, programas e ações de governo, que tratam da inclusão social através da educação profissional e tecnológica.

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;*
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;*
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;*
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;*
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;*
qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VI. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*
- VII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;*
- VIII. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.*

Os programas e ações de governo executados pelo IFAL buscam ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica para os diversos níveis e modalidades de ensino e promover a inclusão social a amplas camadas da população, contribuindo para reduzir as desigualdades. Visam, ainda, suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho. Além disso, dotar a Instituição de acervo bibliográfico e equipamentos atualizados e promover a qualificação de seu pessoal, com vistas à melhoria continuada do processo de ensino-aprendizagem.

Assim o IFAL reforça o seu papel na sociedade como o maior centro de referência em educação profissional em Alagoas. Tal reconhecimento decorre da excelência e qualidade dos cursos ofertados, de forma integrada e em diferentes níveis e modalidades de ensino, sempre levando em consideração as tendências do setor produtivo. Num processo de inclusão social do jovem e do adulto trabalhador, no sentido de proporcionar-lhes educação continuada, disseminando a inovação constante das ciências e das novas tecnologias.

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

O IFAL define suas estratégias de atuação buscando atingir os objetivos e metas descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013, sem perder de vista as novas demandas de seu público alvo e cenários surgidos após a elaboração deste planejamento.

São considerados público alvo dos processos gerenciais do IFAL os alunos, que distribuídos em todos os níveis e modalidades de ensino, os servidores técnicos administrativos e docentes, o Governo Federal, Estadual e Municipal que, através de seus órgãos e entidades, estabelecem parcerias em conjunto, e as empresas, públicas e privadas, que, ora prestam serviços, ora compram serviços desta Instituição.

O PDI considera os objetivos da Instituição, e a partir deles são traçadas as estratégias de atuação para o atingimento destes. São objetivos do IFAL:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;*
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;*
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;*
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos*
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;*
- VI. ministrar em nível de educação superior:*
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;*
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;*
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;*
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;*
 - e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.*

A principal dificuldade da Instituição para executar as suas ações era a carência no quantitativo de pessoal, limitação que a Instituição não tem autonomia para resolver. Em 2008 e 2009, a contratação de novos servidores foi autorizada pelo Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Com isso a Instituição ampliou o número de oferta de vagas para os diversos níveis e modalidades de ensino.

O aumento no número de vagas ofertadas foi de 11% (onze por cento) em relação a 2008, e de 17,79% (dezesete vírgula setenta e nove por cento) entre 2006 e 2009.

Algumas ações estruturantes, que devido o carência de pessoal não tinham sido implementadas, foram iniciadas no ano de 2009. As principais foram: no Campus Maceió, reforma e ampliação do refeitório dos alunos, que aumentará a capacidade diária de atendimento de 350 para 1.500 alunos e a reforma do bloco de eletrônica; no Campus Palmeira dos Índios a construção de três novas salas de aula.

Foram concluídos os projetos de arquitetura e engenharia para reforma e adaptação nos banheiros e demais ambientes do Campus Maceió, para permitir a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais e a reforma do bloco de mecânica; no Campus Marechal Deodoro reforma e ampliação da biblioteca e a cobertura da quadra de esportes e no Campus Palmeira dos Índios a construção de arquibancadas na quadra de esportes. Todas estas obras serão realizadas no ano de 2010.

O IFAL incentivou a pesquisa aplicada, com foco no desenvolvimento de produtos, serviços e conhecimento, concedendo bolsas de iniciação científica aos alunos, fomentando grupos de pesquisa e possibilitando a participação de alunos e servidores em congressos e eventos acadêmicos de inovação tecnológica. Em 2009, foram 89 (oitenta e nove) projetos de pesquisas acompanhados pela Instituição.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável das comunidades esteve presente em 2009 através de ações como o Prodigio, programa de inclusão digital para crianças de comunidades carentes e pessoas com deficiência auditiva e o Programa

Mulheres Mil, para qualificar mulheres de comunidades carentes visando criar as condições para que elas melhorem seu potencial produtivo e suas condições de vida.

Em 2009, gestão otimizou a utilização dos recursos orçamentários. Desde 2006 as decisões sobre a aplicação e gastos do Orçamento são compartilhadas, através do Orçamento Participativo. Realizou ações para aumentar a arrecadação de recursos próprios. Investiu na realização de pregões eletrônicos, visando a economicidade nas compras públicas. Buscou recursos através de descentralizações de créditos e convênios com órgãos públicos. E, principalmente, valorizando as pessoas, com investiu em capacitação e qualificação.

A atuação da Instituição tem contribuído para o desenvolvimento acadêmico-cultural e sócio-econômico, de forma sustentável, na sociedade alagoana.

•
DESEMPENHO OPERACIONAL

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas	26202	153004
Escola Agrotécnica Federal de Satuba	26332	153211

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, porém a Lei n. 11.897, de 28 de dezembro de 2008, Lei Orçamentária Anual - LOA, referente ao ano de 2009, foi aprovada considerando CNPJ, órgão e UG e Gestão do CEFET-AL e da EAFS separadamente. Por isso, o presente relatório apresenta as informações sobre as execuções orçamentária e financeira e da contabilidade dos antigo órgãos (Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e Escola Agrotécnica Federal de Satuba).

PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES - CEFET/AL

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	45.760.564,00	46.664.038,00	-	-	7.841.994,00	8.729.080,00	
	PLOA	45.760.564,00	46.664.038,00	-	-	7.841.994,00	8.729.080,00	
	LOA	45.760.564,00	46.664.038,00	-	-	7.841.994,00	8.729.080,00	
CRÉDITOS	Suplementares	5.708.638,00	10.556.543,00	-	-			
	Especiais	Abertos	-	-	-	-		
		Reabertos	-	-	-	-		
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-		
		Reabertos	-	-	-	-		
	Créditos Cancelados		-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-			
Total		51.469.202,00	57.220.581,00	-	-	7.841.994,00	8.729.080,00	

PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES - SATUBA/AL

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	11.058.388,00	11.737.824,00	-	-	2.381.839,00	2.336.747	
	PLOA	-	-	-	-	-	-	
	LOA	-	-	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	1.476.639,99	3.125.542,46	-	-	231.357,64	48.649,40	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		12.535.027,99	14.863.366,46			2.613.196,64	2.385.396,40	

PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL - CETET/AL

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	600.000,00	840.000,00	-	-	-	-	
	PLOA	600.000,00	840.000,00	-	-	-	-	
	LOA	600.000,00	840.000,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		600.000,00	840.000,00	-	-	-	-	

PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL - SATUBA/AL

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	
	PLOA	-	-	-	-	-	-	
	LOA	-	-	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	334.385,84	1.434.493,42	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		484.385,84	1.584.493,42	-	-	-	-	

QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E RESERVA DE CONTIGÊNCIA - CETET/AL

Origem dos Créditos Orçamentários		7- Despesas Correntes		8 - Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	53.602.558,00	55.393.118,00	600.000,00	840.000,00	-	-	
	PLOA	53.602.558,00	55.393.118,00	600.000,00	840.000,00	-	-	
	LOA	53.602.558,00	55.393.118,00	600.000,00	840.000,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	5.708.638,00	10.556.543,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Créditos Cancelados				-	-	-	-
Outras Operações				-	-	-	-	
Total		59.311.196,00	65.949.661,00	600.000,00	840.000,00	-	-	

Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência – SATUBA/AL

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	13.440.227,00	14.074.571,00	150.000,00	150.000,00	-	-	
	PLOA	-	-	-	-	-	-	
	LOA	-	-	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	1.707.997,63	3.174.191,86	334.385,84	1.434.493,42	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		15.148.224,63	17.248.762,86	484.385,84	1.584.493,42	-	-	

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA - CEFET/AL

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos		-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150016	26101.6380	-	-	96.453,17
		150016	26101.20AW	-	-	31.600,00
		150016	26101.6358	-	-	90.000,00
		150016	26101.8429	-	-	190.447,86
		150016	26101.8650	-	-	703.962,79
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital

Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	153004	26101.6380	9.502,00	-	-
		153004	26101.1H10	856.964,32	-	-
		153004	26101.6358	24.989,88	-	-
		153004	26101.8650	548.705,40	-	-

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA – SATUBA/AL

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150016	6380	332.254,80	-	-

SETEC

Portaria 294/2009

12.363.1062.6380.0001

Valor Transferido: R\$ 332.254,80

Valor Aplicado: R\$ 332.254,80

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150016	6380	235.856,48	-	-

SETEC

Portaria 294/2009

12.363.1062.6380.0001

Valor Transferido: R\$ 264.800,00

Valor Aplicado: R\$ 235.856,48

Valor Devolvido : R\$ 28.943,52

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150016	6380	260.542,84	-	-

SETEC

Portaria 294/2009

12.363.1062.6380.0001

Valor Transferido: R\$ 260.542,84

Valor Aplicado: R\$ 260.542,84

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150016	1H10	104.983,70	-	-

SETEC

Portaria 299/2009

12.363.1062.1H10.0001

Valor Transferido: R\$ 105.000,00

Valor Aplicado: R\$ 104.983,70

Valor Devolvido : R\$ 16,30

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150016	8650	126.100,00	-	-

SETEC

Portaria 294/2009

12.363.1062.8650.0001

Valor Transferido: R\$ 126.335,00

Valor Aplicado: R\$ 126.100,00

Valor Devolvido : R\$ 255,00

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150016	8650	374.763,31	-	-

SETEC

Portaria 299/2009

12.363.1062.8650.0001

Valor Transferido: R\$ 378.450,00

Valor Aplicado: R\$ 374.763,31

Valor Devolvido : R\$ 3.637,19

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	15016	8650	0	-	-

SETEC

Portaria 257/2009

12.363.1062.8650.0001

Valor Transferido: R\$ 90.000,00

Valor Aplicado: R\$ 0,00

Valor Devolvido : R\$ 90.000,00

*Recurso foi devolvido para a SETEC em virtude da não finalização do pregão23/2009.

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150016	6380	-	-	68.830,43

SETEC

Portaria 145/2009

12.363.1062.6380.0001

Valor Transferido: R\$ 70.000,00

Valor Aplicado: R\$ 68.830,43

Valor Devolvido : R\$ 1.169,57

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150016	6380	-	-	50.500,00

SETEC

Portaria 12/2009

12.363.1062.6380.0001

Valor Transferido: R\$ 53.000,00

Valor Aplicado: R\$ 50.500,00

Valor Devolvido : R\$ 2.500,00

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DO IFAL

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CEFET/AL

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	3.676.562,36	6.593.130,71	5.364.052,04	
Convite	-	-		
Tomada de Preços	-	222.916,06		30.005,99
Concorrência	825.757,59	1.523.292,10	825.757,59	1.458.654,84
Pregão	2.850.804,77	4.846.922,55	4.538.294,45	4.401.600,33
Concurso	-	-		
Consulta	-	-		
Contratações Diretas	1.371.412,83	2.623.800,34	1.561.531,63	
Dispensa	952.838,37	2.016.158,99	1.133.538,92	1.356.979,06
Inexigibilidade	418.574,46	607.641,35	427.992,71	613.836,15
Regime de Execução Especial	71.263,01	188.301,76	71.263,01	
Suprimento de Fundos	71.263,01	188.301,76	71.263,01	137.896,78
Pagamento de Pessoal	51.909.579,26	65.122.832,06	53.482.853,63	65.122.832,06
Pagamento em Folha	51.702.867,68	64.753.022,41	53.273.512,26	64.753.022,41
Diárias	206.711,58	369.809,65	209.341,37	369.809,65
Outros	3.142.293,93	5.089.299,64	1.986.523,83	4.640.218,18

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - SATUBA/AL

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	163.648,10	31.876,71	163.648,10	31.876,71
Tomada de Preços	-	828.654,12	-	828.654,12
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.330.883,30	730.605,47	1.330.883,30	730.605,47
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	933.603,67	1.041.936,82	933.603,67	1.041.936,82
Inexigibilidade	99.145,60	96.696,91	99.145,60	96.696,91
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	3.029,37	9.807,04	3.029,37	9.807,04
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	12.535.027,99	14.863.366,46	12.535.027,99	14.863.366,46
Diárias	76.556,90	86.509,67	76.556,90	86.509,67
Outros	408.732,69	565.961,47	408.732,69	565.961,47

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CEFET/AL

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	51.469.202,00	64.753.022,41	51.469.202,00	64.753.022,41			25.018.593,00	39.340.287,59
319011	25.018.593,00	39.340.287,59	25.018.593,00	39.340.287,59			10.606.042,52	12.560.778,41
319001	10.606.042,52	12.560.778,41	10.606.042,52	12.560.778,41			5.185.711,52	7.315.063,31
319091	5.185.711,52	7.315.063,31	5.185.711,52	7.315.063,31			10.658.854,96	5.536.893,10
Demais elementos do grupo	10.658.854,96	5.536.893,10	10.658.854,96	5.536.893,10				
2 – Juros e Encargos da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	7.841.994,00	8.729.080,00	7.841.994,00	8.729.080,00				
339039	2.229.125,34	2.991.621,10	2.229.125,34	2.991.621,10				
339037	1.524.927,97	1.712.723,86	1.524.927,97	1.712.723,86				
339030	777.294,23	1.138.161,91	777.294,23	1.138.161,91				
Demais elementos do grupo	3.310.646,46	2.886.573,13	3.310.646,46	2.886.573,13				

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Satuba/AL

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	RP não processados			Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	12.535.027,99	14.863.366,46	12.535.027,99	14.863.366,46	Σ	Σ	Σ	Σ
3.3.1.9.0.11	5.387.504,69	6.474.812,15	5.387.504,69	6.474.812,15	-	-	-	-
3.3.1.9.0.01	2.352.607,07	2.899.440,98	2.352.607,07	2.899.440,98	-	-	-	-
3.3.1.9.0.03	1.908.037,01	2.209.848,21	1.908.037,01	2.209.848,21	-	--	-	-
Demais elementos do grupo	2.886.879,22	3.279.265,12	2.886.879,22	3.279.265,12	--	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	2.613.196,64	2.385.396,40	2.365.330,41	2.299.207,44	247.866,23	86.188,96	2.365.330,41	2.299.207,44
3.3.3.9.0.39	890.921,69	836.865,66	733.444,68	818.294,20	157.477,01	18.571,46	733.444,68	818.294,20
3.3.3.9.0.30	992.103,76	814.503,56	906.102,95	747.838,86	86.000,81	66.664,70	906.102,95	747.838,86
3.3.39.0.36	313.582,92	267.337,76	309.925,91	266.543,76	3.657,01	794,00	309.925,91	266.543,76
Demais elementos do grupo	416.588,27	466.689,42	415.856,87	466.530,62	731,40	158,80	415.856,87	466.530,62

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELO IFAL POR MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CEFET/AL

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	1.687.489,68			
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência		623.763,99		56.085,10
Pregão	1.687.489,68	1.264.982,13	217.188,24	804.523,48
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	125.795,44	291.043,91	108.906,61	168.170,54
Dispensa	117.233,69	190.043,91	100.344,86	78.322,54
Inexigibilidade	8.561,75	100.000,00	8.561,75	89.848,00
Regime de Execução Especial		21.000,00		7.988,16
Suprimento de Fundos		21.000,00		7.988,16
Pagamento de Pessoal	2.629,79	160.518,36	2.629,79	131.188,56
Pagamento em Folha				
Diárias	2.629,79	160.518,36	2.629,79	131.188,56
Outros	378.244,69	180.278,86	221.640,85	112.953,10

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	744.315,05	766.450,69	744.315,05	766.450,69				
339039	263.615,71	314.332,33	263.615,71	314.332,33				
339037	0,00	291.600,00	0,00	291.600,00				
339014	3.380,64	160.518,36	3.380,64	160.518,36				
Demais elementos do grupo	477.318,70	345.938,08	477.318,70	345.938,08				

DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo								
6- Outras Despesas de Capital	1.185.479,67	1.415.171,72	1.185.479,67	1.415.171,72				
449052	1.185.479,67	848.023,37	1.185.479,67	848.023,37				
449051	-	567.148,35	-	567.148,35				
		-		-				
Demais elementos do grupo	-	-	-	-				

EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS - CEFET/AL

DESCRIÇÃO	ANO			
	2006	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	140.403,08	139.756,78	238.681,62	415.121,34
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	192.026,62	199.074,54	209.341,37	530.328,01
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADO	1.216.392,28	1.328.805,59	1.723.880,61	1.884.773,86
3.1 Publicidade	104.268,81	54.782,52	198.952,64	172.050,00
3.2 Vigilância, Limpeza e conservação	1.112.123,47	1.200.234,50	1.138.505,11	1.282.046,53
3.3 Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4 Outras Terceirizações	0,00	73.788,57	386.422,86	430.677,33
4. CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO	0,00	0,00	53.191,40	103.139,78
5. Suprimento de Fundos	52.555,38	66.728,22	18.071,61	0,00
TOTAIS	1.601.377,36	1.734.365,13	2.243.166,61	2.933.362,99

EVOLUÇÃO DOS GASTOS – SATUBA/AL

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	56.735,16	69.428,85	7.846,14
2. DIÁRIAS	70.658,60	76.556,90	86.509,67
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	24.863,52	31.666,61	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	247.122,72	333.424,52	116.959,83
3.3. Tecnologia da Informação	-	-	01/05/30
3.4. Outras Terceirizações	-	-	-
3.5. Suprimento de Fundos		2.800,00	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO	14.071,51	-	9781,04
TOTAIS	413.451,51	513.876,88	226. 626,68

PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DO IFAL - CEFET/AL

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA E EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS COM CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DO IFAL

Os Programas efetivam a integração entre o planejamento e o orçamento da Instituição. As Ações são os Projetos – conjunto de operações limitadas no tempo, que concorrem para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental e as Atividades – conjunto de operações realizadas de modo contínuo para manutenção da ação do governo, que se destinam à materialização dos objetivos dos Programas.

Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia, com melhoria de qualidade.
Objetivos Específicos	Otimizar a utilização de recursos e potencializar experiências exitosas desenvolvidas por organismos e entidades; Revitalizar e criar instituições de educação profissional, fortalecendo uma política de inclusão social; Apoiar os cursos superiores de Tecnologia e de pós-graduação; Apoiar professores e pesquisadores.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	1. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico; 2. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico.
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnologia e professores da educação Básica e da Educação Profissional.

Principais Ações do Programa

Este é o mais importante Programa do IFAL. Engloba as principais Ações voltadas à funcionalidade da educação profissional e tecnológica. As despesas com manutenção dos cursos técnicos e tecnológicos, com a assistência ao aluno, aquisição e manutenção do acervo bibliográfico e modernização da instituição.

Ação 2992.26202.0027 – Funcionamento da Educação Profissional

Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.
Descrição	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, bem como manutenção de infra-estrutura por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.

O orçamento para a Ação Funcionamento da Educação Profissional, do antigo CEFET-AL, foi de R\$ 43.967.220,00 (quarenta e três milhões, novecentos e sessenta mil, duzentos e vinte reais), 85,76 % (oitenta e cinco vírgula setenta e seis por cento) desta dotação corresponde as despesas com Pessoal Ativo e Encargos Sociais. As Despesas Correntes e os Investimentos correspondem a 12,64% (doze vírgula sessenta e quatro por cento) e 1,60% (um vírgula sessenta por cento), respectivamente.

O Orçamento evoluiu positivamente cerca de 30% (trinta por cento) em relação ao ano de 2008.

As despesas com o custeio básico, aquelas que garantem o funcionamento da Instituição, energia elétrica, água e esgoto, serviços de telefonia, serviços de limpeza, vigilância, corresponderam em 2009 a 28,08% (vinte e oito vírgula oito por cento) das Despesas Correntes. Em 2008 corresponderam a 30,60% (trinta vírgula sessenta por cento), em 2007 foi de 32,19% (trinta e dois vírgula dezenove por cento), em 2006 de 39,32%(trinta e nove vírgula trinta e dois por cento). Apesar do aumento das tarifas públicas e da melhor qualidade dos serviços prestados pela Instituição, houve queda percentual dos gastos com o custeio básico. Resultado que demonstra maior eficiência nos processos licitatórios e adequação continua das necessidades do IFAL (antigo CEFET-AL) aos serviços prestados.

Foram investidos em infra-estrutura física e aquisição de equipamentos e material permanente, R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) do Orçamento do IFAL (antigo CEFET-AL).

Com estes recursos foram adquiridos mobiliário e computadores para as diversas áreas administrativas e de apoio ao ensino da Instituição, visando melhorar os ambientes e dar mais qualidade as atividades. Para as áreas ligadas diretamente ao ensino foram comprados máquinas e equipamentos, com o objetivo de modernizar os laboratórios e oficinas. Salas de aula e laboratórios foram climatizados para garantir maior conforto e melhores condições de aprendizagem. Estes investimentos demonstram o interesse e o compromisso da gestão em atualizar física e tecnologicamente a Instituição, permitindo que seus alunos tenham uma educação de qualidade e em sintonia com as demandas da sociedade.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	363	1062	2992	Atividade	3	Aluno matriculado

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
4.381	4.219	5.019	43.967.220,00	43.473.999,24	52.034.519,00

Houve o atingimento da meta física desta ação. O fator que permitiu atingir a totalidade da meta física prevista para esta Ação foi a contratação de professores para ministrar aulas nos cursos tecnológicos e para as disciplinas comuns do ensino médio. As contratações realizadas em 2008 e 2009, permitirão, que a Instituição, possa nos próximos anos, ampliar sua oferta de vagas.

Apesar da carência de servidores, professores e técnico-administrativos e da necessidade de maiores investimentos em infra-estrutura física e tecnológica, o IFAL (antigo CEFET-AL) aumentou o número de alunos matriculados. Passou de 2.372 (dois mil trezentos e setenta e dois) alunos em 2006, para 2.717 (dois ml setecentos e e dezessete) em 2007, 3.445 (três mil quatrocentos e quarenta e cinco) em 2008, e para 4.219 (quatro mil, duzentos e dezenove) em 2009. Um acréscimo de 43% (quarenta e três por cento) entre 2006 a 2009, que demonstra o esforço contínuo da Instituição em ampliar a oferta de vagas.

A pesquisa e a inovação tecnológica são fundamentais para conjugar o ensino da teoria com a prática, além de integrar as ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

A Instituição possui um Programa de Iniciação Científica para os alunos. Foram 11 (onze) Bolsas de Iniciação Científica em 2006, 21 (vinte e uma) em 2007, 31 (trinta e uma) bolsas em 2008 e 72 (setenta e duas) em 2009. Cada aluno recebeu o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais como incentivo à pesquisa.

O resultado destes investimentos foram os crescimentos na quantidade de projetos de pesquisa, 5 (cinco) em 2006 para 89 (oitenta e nove) em 2009. Os grupos de pesquisas evoluíram de 2 (dois) em 2006 para 27 (vinte e sete) em 2009. A participação nos eventos científicos também cresceu, de 11 (onze) trabalhos enviados para o Congresso Norte Nordeste da Educação Profissional - CONNEPI em 2006 para 71 (setenta e um) em 2009.

Ação 2994.26202.0027 - Assistência ao Educando da Educação Profissional

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.

A Assistência ao Educando da Educação profissional contribui na diminuição da evasão escolar e garante a inclusão social dos alunos carentes. Os alunos comprovadamente carentes, oriundos de escolas públicas, recebem auxílios financeiros em forma de bolsas de trabalho e de monitoria, auxílio transporte, fardamentos e óculos, alimentação, assistência médica, odontológica e psicológica.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	363	1062	2994	Atividade	3	Aluno assistido

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
350	379	594	863.720,00	863.720,00	1.293.000,00

Em 2009, foi iniciado a reforma e ampliação do refeitório dos alunos do Campus Maceió, que aumentará em 2010 a sua capacidade de atendimento.

Foram mais de 10.000 (dez mil) atendimentos em 2009, nos gabinetes médicos e odontológicos, entre consultas e exames médicos, curativos, aplicação de injeções, nebulizações.

Foram concedidos auxílios transporte e alimentação, além de bolsas de trabalho para 379 (trezentos e setenta e nove) alunos, acréscimo de 32,19% (trinta e dois vírgula dezenove por cento) em relação ao ano de 2006. Estes auxílios correspondem a maior parcela da despesa desta Ação. Em 2006, foram 257 (duzentos e cinquenta e sete) auxílios concedidos, aumentando para 293 (duzentos e noventa e três) em 2007 e 362 (trezentos e sessenta e dois) em 2008.

Esta ação é de fundamental importância no processo ensino-aprendizagem, pois melhora o rendimento escolar dos alunos atendidos. Estes alunos permanecem dois turnos na escola, são matriculados em cursos de nivelamento para suprir as suas deficiências pedagógicas e recebem alimentação e assistência médica e odontológica, ações que visam proporcionar condições para a sua permanência e melhor desempenho na escola. Ciente desta importância, o IFAL ampliou em quase 20% (vinte por cento) o valor da Dotação Orçamentária alocada nesta ação, em relação a 2006.

O IFAL é uma Instituição de Ensino, que exerce suas atividades, ensino, pesquisa e extensão, sem perder de vista sua responsabilidade social. As ações do programa de Assistência ao Educando, demonstram o compromisso de inclusão social através da educação, assumido perante sociedade.

Ação 6301.26202.0027 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.
Descrição	Financiamento mediante a aprovação de projetos que identifiquem as deficiências existentes no acervo da instituição e proponha sua atualização e recomposição.

Essa Ação é contemplada com uma parcela de recursos orçamentários do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional, com o propósito de disponibilizar recursos específicos para a melhoria do Acervo Bibliográfico do IFAL. Dentro da Política da Instituição esta ação é estratégica, pois permite a professores, técnico-administrativos, alunos e comunidade em geral disponham de material didático impresso para consultas e empréstimos, sendo fundamental essa condição para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	363	1062	6301	Atividade	3	Volume Disponibilizado

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
1.800	31.757	34.788	140.000,00	35.968,89	170.000,00

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2005-2009 a meta para esta Ação era de investir R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ano na renovação e atualização do acervo bibliográfico. Porém, devido a velocidade das mudanças no mundo do trabalho e o surgimento de novas tecnologias, além da carência de exemplares para atender aos nossos alunos, a decisão foi ampliar o volume de investimento.

A principal dificuldade encontrada para o atingimento da meta desta Ação é na realização do processo de aquisição dos livros. São processos com muitos itens, centenas deles. Há necessidade de especificar detalhadamente cada livro, sendo necessário a participação de quase todos os professores da Instituição. Outro problema são os exemplares que deixam de ser vendidos ou se esgotam durante o processo licitatório. Sendo necessário iniciar outros processos até que a necessidade da instituição seja atendida. Adotamos uma estratégia que tem otimizado e facilitado a compra, criamos um calendário para aquisição de livros, que se inicia antes do início do ano letivo e a

delegamos as bibliotecárias a responsabilidade de compilar as necessidades dos diversos cursos do IFAL. Porém, apesar do esforço despendido não houve êxito, e os processos para aquisição de livros de 2009 não foram concluídos, serão licitados em 2010.

Há uma desconformidade na informação referente a Meta Física desta Ação. Na Meta Prevista foi informado a previsão da quantidade de livros a serem adquiridos em 2009 e a Meta Realizada se refere a quantidade de livros disponibilizados. A Unidade de Medida é Volume Disponibilizado, portanto o correto é considerar o número de volumes disponibilizados nas bibliotecas do IFAL, 31.757 (trinta e um mil, setecentos e e cinquenta e sete) exemplares.

Considerando a quantidade de livros adquiridos, sua previsão para 2009 foi de 1.800 (um mil e oitocentos) exemplares, mesmo com as dificuldades encontradas nos processos licitatórios, a Instituição adquiriu 1.480 (um mil quatrocentos e oitenta) exemplares.

Programa 1067 – Gestão da Política da Educação

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio as Políticas Públicas
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
Objetivos Específicos	Formular políticas e intensificar a gestão participativa e de controle social
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Diretrizes e regras para democratização de todo o sistema educacional em sua relação com a sociedade. A partir destas diretrizes poderão ser estabelecidos regras e princípios para a gestão, o financiamento e o desempenho administrativo mais eficazes e eficientes. O não atingimento de uma gestão, controle e avaliações sistemáticas implicaria na perpetuação de situações de exclusão de milhões de brasileiros da educação, do agravamento da concentração de renda, injustiça social e ineficiências e ineficácias nas políticas públicas.
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Principais Ações do Programa

Ação 4572.26202.0027 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Esta Ação visa promover treinamento e qualificação aos servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	128	1067	4572	Atividade	3	Servidor Capacitado

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
300	982	1.270	512.770,00	512.770,00	1.319.800,00

Educação de qualidade passa invariavelmente pela qualificação e capacitação de seus servidores, professores e técnico-administrativos, o IFAL(antigo CEFET/AL) alocou no nesta Ação em 2009 o valor de R\$ 512.770,00 (quinhentos e doze mil, setecentos e setenta reais) em 2009, cerca de 10% (dez por cento) maior que o valor orçado em 2008, e quase 55% (cinquenta e cinco por cento) a mais do que o valor destinado para capacitação de 2006.

Orçamento investido na valorização do seu quadro de pessoal, através de cursos de curta duração, congressos e seminários, no Estado ou fora dele. Foram destinados R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para capacitações realizadas no Estado, sem pagamento de diárias e passagens, e principalmente dentro do IFAL (antigo CEFET/AL), gerenciados pela Gerência de Gestão de Pessoas, visando desenvolver o maior número de servidores e atender as necessidades da comunidade escolar. A capacitação interna foi a maior responsável pelo atingimento da meta, que superou a previsão física inicial e todas as solicitações para capacitação e qualificação dentro das normas estabelecidas pela Instituição foram atendidas

A partir de 2007, o IFAL (antigo CEFET/AL), através da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação - DPP, iniciou o Programa de Incentivo a Qualificação, com o objetivo de qualificar os servidores a nível de especialização e mestrado. Naquele ano 20 (vinte) servidores participaram do Programa. Em 2008, outros 20 (vinte) servidores foram selecionados. Em 2009, mais 30 (trinta) servidores participaram do Programa.

A Instituição investiu na melhoria contínua dos processos de trabalho e no crescimento de seus servidores. Para o ano de 2010, mais R\$ 1.319.800,00 (um milhão, trezentos e dezenove mil e oitocentos reais) serão investidos em capacitação e qualificação, para permitir o avanço do Instituto, possibilitando enfrentar novos desafios e atender as demandas que são colocadas pela sociedade.

A execução física desta Ação considerou o número de servidores com suas respectivas capacitações, ou seja, no caso do servidor que tenha participado de duas capacitações consideramos com dois pontos atingidos.

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos Específicos	Proporcionar aos servidores e seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção e realização de suas atividades, além de proporcionar qualidade de vida.
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Principais Ações do Programa

Este programa visa melhorar a qualidade de vida dos servidores através de ações como auxílio- alimentação, auxílio-transporte, assistência pré-escolar e assistência à saúde. São Ações que contribuem para a satisfação do servidor, e conseqüentemente para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Ação 2010.26202.0027 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	365	0750	2010	Atividade	3	Criança atendida

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
79	124	125	84.295,00	81.965,40	99.224,00

Esse benefício aos servidores da Instituição foi realizado de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos para todos os servidores beneficiados, com pagamentos médios mensais de R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) por crianças atendidas de 0 a 6 anos de idade em 2009.

Ação 2011.26202.0027 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional

	da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
--	--

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	331	0750	2011	Atividade	3	Servidor beneficiado

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
429	216	512	510.788,00	263.176,42	624.760,00

Essa Ação foi realizada de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos em pecúnia a todos os beneficiados, com pagamentos médios mensais para cerca de 216 (duzentos e dezesseis) servidores em 2009.

Ação 2012.26202.0027 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou <i>ticket</i> -alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	306	0750	2010	Atividade	3	Servidor beneficiado

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
563	656	902	1.042.381,00	980.822,19	1.178.541,00

Essa ação foi realizada de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos em pecúnia a todos os beneficiados, com pagamentos médios mensais para de 656 (quinhentos e oitenta e três) servidores em 2009.

Ação 2004. 26202.0027 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para a manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica os servidores, empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	301	0750	2004	Atividade	3	Pessoa beneficiada

Execução Física	Execução Financeira
-----------------	---------------------

Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
2.260	708	952	1.139.249,00	734.990,40	1.515.809,00

O valor alocado nesta ação foi utilizado para concessão do benefício de assistência médico-hospitalar através de convênio com entidade de autogestão. No IFAL a operadora de plano de saúde escolhida pelos servidores foi a Fundação Geap. A expectativa inicial era que mais pessoas deixar pudessem aderir a este plano, porém, houve um erro na avaliação, muitos servidores não optaram em migrar de seus planos de saúde para o plano escolhido.

Na metade de 2009, o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, alterou as regras para concessão do benefício, permitindo aos servidores que, inicialmente, não optaram em aderir ao convênio com entidade de autogestão, no caso do IFAL a Fundação Geap, pudessem ser ressarcidos, total ou parcialmente, por suas despesas com saúde, no caso de contratação direta. Desta forma, mais pessoas foram beneficiadas. Porém, ainda, assim a meta prevista de 2.260 (duas mil, duzentas e sessenta) pessoas beneficiadas em 2009 não foi atingida.

Com isso, a Dotação Orçamentária inicialmente prevista para esta Ação que era de R\$ 1.139.249,00 (um milhão, cento e trinta e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais), foi parcialmente cancelada e redimensionada para R\$ 734.990,40 (setecentos e e trinta e quatro mil, novecentos e noventa reais e quarenta centavos), para atender a demanda da Instituição.

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas
Objetivo Geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Objetivos Específicos	Proporcionar aos servidores e seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção e realização de suas atividades, além de proporcionar qualidade de vida.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Viabilizar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário dos servidores públicos e garantir o pagamento de aposentadorias e pensões.
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

Principais Ações do Programa

Ação 0181.26202.0027 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Dados Gerais da Ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
09	272	0089	0181	Operações Especiais	3	Pessoa beneficiada

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
316	316	351	19.935.439,00	19.688.598,83	25.283.163,00

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA E EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS COM CRÉDITOS RECEBIDOS PELO IFAL POR MOVIMENTAÇÃO

Ação 1H10.26101.0001 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
Descrição	Construção, ampliação, reforma e equipamento das novas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Trata-se de recursos descentralizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para modernização da Instituição, visando ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica através da criação de novas unidades e novos cursos, bem como aumentar a oferta de vagas para os cursos já existentes. Foram descentralizados R\$ 939.962,22 (novecentos e e trinta e nove milhões, novecentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos).

O início da construção do Campus Arapiraca, região do agreste alagoano, se deu com aplicação de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). As obras iniciadas no segundo semestre tem conclusão prevista para o início do segundo semestre de 2010 e irá atender, na maior cidade do interior do Estado, no primeiro ano de funcionamento, a 120 (cento e vinte) alunos, nos cursos de Informática, Edificações e Eletroeletrônica.

Em dezembro foram iniciadas as obras para a construção do Campus Murici, que será inaugurado no final de 2010. Em 2009, foram utilizados R\$ 67.148,35 (sessenta e sete mil, cento e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos). O campus irá atender a 120 (cento e vinte) alunos.

Para ampliar a oferta de vagas dos cursos já existentes e para permitir a criação de novos cursos nos campi Maceió, Palmeira dos Índios e marechal Deodoro, foram investidos R\$ 372.813,87 (trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e e treze reais e oitenta e sete centavos) com aquisição de máquinas e equipamentos de tecnologia, para laboratórios e oficinas.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	363	1062	1H10	Projeto	3	Unidade de Ensino Implantada

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
-	-	-	-	-	-

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, é a unidade orçamentária responsável pela execução e monitoramento desta Ação, bem como, pela definição, acompanhamento e avaliação das metas físicas e financeiras a elas vinculadas.

Ação 20AW.26101.0001 – Implementação e Manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Implementar e manter o Sistema de Informações da Educação Profissional (SIEP), visando garantir a uniformidade no tratamento das informações da Educação Profissional
Descrição	Implementação e Manutenção do Sistema de Informações da Educação Profissional (SIEP), composto por subsistemas de acompanhamento de egressos; das receitas e despesas; de avaliação institucional; e de currículos de Educação Profissional e do observatório da Educação Profissional e Tecnológica e Mundo do Trabalho. Elaboração de material de divulgação e instrumentos para utilização do sistema

Trata-se de recursos descentralizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para o projeto de pesquisa, desenvolvimento, implantação e suporte do Sistema de Informações de Gestão Acadêmica – SIGA-EPT, no valor de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais).

Os recursos foram utilizados no auxílio financeiro aos pesquisadores e alunos bolsistas, utilizando tecnologias de softwares livres, para prover as unidades acadêmicas supervisionadas pela SETEC/MEC de instrumentos e ferramentas que possibilitem sua gestão efetiva, tanto acadêmica quanto administrativa e possa garantir a integração das bases de dados locais da Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

O SIGA-EPT visa uniformizar e sistematizar as informações da Educação Profissional e Tecnológica com vistas ao monitoramento, avaliação, gestão e modernização da Instituição, visa ainda, criar mecanismos de diagnóstico e verificação de resultados, com base em indicadores, relativos à eficiência, à eficácia e a efetividade, além de criar um espaço de controle social. A sua utilização possibilitará maior agilidade dos processos internos e maior credibilidade e velocidade das informações. E, acima de tudo maior transparência, uma vez que, as informações estarão disponíveis a comunidade.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	363	1062	20AW	Atividade	3	Subsistema Implantado

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
-	-	-	-	-	-

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, é a unidade orçamentária responsável pela execução e monitoramento desta Ação, bem como, pela definição, acompanhamento e avaliação das metas físicas e financeiras a elas vinculadas.

Ação 6358.26101.0001 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos docentes e profissionais de educação profissional (Gestores, Técnico-Administrativo, etc), oportunidade de capacitação, visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional.
Descrição	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na educação profissional.

Trata-se de R\$ 134.919,00 (cento e trinta e quatro mil, novecentos e e dezenove reais) descentralizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. O IFAL teve seu projeto aprovado em convite para fomentar a realização de projetos de capacitação para docentes, técnicos administrativos e gestores, visando a qualificação da oferta de Cursos Técnicos e Tecnológicos, constantes nos respectivos Catálogos Nacionais, e Licenciaturas nas áreas de Ciências da Natureza, Ciências Exatas, Ciências Agrárias e para docência na Educação Profissional, tendo também objetivo fomentar

projetos de capacitação que contribuam para a qualificação da gestão dessas instituições de ensino.

O IFAL teve o curso de Aperfeiçoamento em Avaliação como Instrumento de Gestão aprovado pela SETEC/MEC, 80 (oitenta) servidores foram capacitados pela Instituição com a finalidade de melhoria constante da qualidade dos processos desenvolvidos.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	363	1062	6358	Atividade	3	Pessoa Capacitada

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
-	-	-	-	-	-

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, é a unidade orçamentária responsável pela execução e monitoramento desta Ação, bem como, pela definição, acompanhamento e avaliação das metas físicas e financeiras a elas vinculadas.

Ação 6380.26101.0001 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional, incluindo as instituições que ofertam educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas/técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional.
Descrição	Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de máquinas e equipamentos. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, equipamentos e outros.

Trata-se de R\$ 440.041,57 (quatrocentos e quarenta mil, quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos) descentralizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para promover a modernização e atualização da Instituição.

Com R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) foram implementados dois projetos de pesquisa aplicada a pesca visando buscar a participação da comunidade de pescadores com um mínimo de conhecimentos técnico-científicos, para atuar na obtenção, transformação e beneficiamento do pescado para a elaboração da linguiça de peixe.

Foram investidos R\$ 145.527,42 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos) em projetos culturais. Na aquisição de instrumentos e equipamentos musicais para a constituição da Orquestra de Câmara do IFAL e para a reativação da Banda de Música do Mestre Manuca.

Foram investidos, ainda, R\$ 49.486,40 (quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) na aquisição de telescópios automatizados para os campi Marechal Deodoro e Maceió, que reúnam os atributos ópticos, eletrônicos e de portabilidade mínimos para permitir o seu uso efetivo tanto como ferramenta de

aprendizado de Física e Astronomia, como para a prática didática da metodologia científica experimental nestes campos do conhecimento.

O Núcleo de Inovação Tecnológica está em fase de implantação e contou com R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) para a aquisição de equipamentos e mobiliário desta Ação em 2009.

Os recursos utilizados na comemoração do Centenário da Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Alagoas foram alocados nesta Ação. Foram R\$ 132.827,75 (cento e trinta e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos) distribuídos em diversas atividades alusivas ao Centenário de Rede de EPT ao longo do ano. Além de R\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais) para custeio da participação de nossos servidores e alunos no Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizado em Brasília.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	363	1062	6380	Atividade	3	Instituição Apoiada

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
-	-	-	-	-	-

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, é a unidade orçamentária responsável pela execução e monitoramento desta Ação, bem como, pela definição, acompanhamento e avaliação das metas físicas e financeiras a elas vinculadas.

Ação 8650.26101.0001 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades.
Descrição	Adequação das entidades da rede federal de educação profissional e tecnológica, por meio de ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.095/2007, que estabelece o processo de integração para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.

Trata-se de R\$ 2.013.897,93 (dois milhões, treze mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos) descentralizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para promover a modernização e atualização da Instituição.

Com a transformação do CEFET para Instituto a Instituição passou a ter uma Reitoria, que em 2010 será localizada em prédio distinto dos campi. A Reitoria é o órgão de administração central do Instituto.

A Reitoria do IF-AL está instalada no *Campus* Maceió, porém, em um prédio separado, possuindo despesas próprias. Desta forma, de fato, a Reitoria do IF-AL já funciona desde a criação do Instituto, em janeiro de 2008. Mas, suas despesas ainda são custeadas com a dotação orçamentária do antigo CEFET-AL. Considerando que o Orçamento 2009, do antigo CEFET-AL, foi distribuído pelas unidades de ensino, Maceió, Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro e que a Reitoria fica no prédio do *Campus* Maceió, é fato que este *campus* está tendo seu orçamento utilizado para custear as despesas da Reitoria. Assim, a SETEC/MEC descentralizou R\$ 1.192.023,93 (um milhão, cento e noventa e dois mil, vinte e três reais e noventa e três centavos) para implantação, estruturação e funcionamento da Reitoria.

A Instituição ao longo dos últimos três aumentou o número de alunos em cerca de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, metade destes alunos são considerados carentes. Os alunos comprovadamente carentes, a maioria oriundos de escolas públicas,

tem o programa de alimentação e nutrição escolar como principal auxílio oferecido pela Instituição. Com a conclusão da reforma e ampliação do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar, do Campus Maceió, prevista para o início de 2010, 1.500 (um mil e quinhentos) alunos serão atendidos diariamente. Com isso, a SETEC/MEC descentralizou R\$ 116.164,00 (cento e dezesseis mil, cento e sessenta e quatro reais), visando a aquisição de equipamentos em quantidade suficiente e de boa qualidade para a manutenção e ampliação dos serviços oferecidos.

Para modernização e implantação de laboratórios e oficinas no Campus Palmeira dos Índios foram investidos R\$ 705.710,00 (setecentos e cinco mil, setecentos e dez reais) com aquisição de mobiliário, máquinas e equipamentos de tecnologia.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	363	1062	8560	Atividade	3	Instituição Apoiada

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
-	-	-	-	-	-

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, é a unidade orçamentária responsável pela execução e monitoramento desta Ação, bem como, pela definição, acompanhamento e avaliação das metas físicas e financeiras a elas vinculadas.

Ação 8429.26291.0001 – Formação Inicial e Continuada a Distância

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Realizar capacitação e formação inicial e continuada, a distância e semi-presencial, de professores para

	atuação nas escolas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.
Descrição	Financiamento da Infra-estrutura das Instituições Públicas Ensino Superior - IPES e dos pólos de apoio presencial parceiros do Sistema Universidade Aberta-UAB, visando implementação e custeio dos cursos a distância. Manutenção do sistema de acompanhamento e de avaliação periódica do funcionamento dos pólos e cursos da Universidade Aberta do Brasil, realizada por comissões compostas por consultores nacionais e servidores em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais. São previstas, também, a aquisição de softwares educacionais, a produção e adequação de conteúdos pedagógicos em multimeios, a customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD e portais de conteúdo e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem.

Trata-se de R\$ 64.024,16 (sessenta e quatro mil, vinte e quatro reais e dezesseis centavos) descentralizados pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES para promover a capacitação e a formação de professores para atuação nas escolas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	128	1061	8429	Atividade	3	Aluno Matriculado

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
-	-	-	-	-	-

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, do Ministério da Educação, é a unidade orçamentária responsável pela execução e monitoramento desta Ação, bem como, pela definição, acompanhamento e avaliação das metas físicas e financeiras a elas vinculadas.

Ação 8429.26291.0001 – Formação Inicial e Continuada a Distância

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Realizar capacitação e formação inicial e continuada, a distância e semi-presencial, de professores para atuação nas escolas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.
Descrição	Financiamento da Infra-estrutura das Instituições Públicas Ensino Superior - IPES e dos pólos de apoio presencial parceiros do Sistema Universidade Aberta-UAB, visando implementação e custeio dos cursos a distância. Manutenção do sistema de acompanhamento e de avaliação periódica do funcionamento dos pólos e cursos da Universidade Aberta do Brasil, realizada por comissões compostas por consultores nacionais e servidores em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais. São previstas, também, a aquisição de softwares educacionais, a produção e adequação de conteúdos pedagógicos em multimeios, a customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD e portais de conteúdo e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem.

Trata-se de R\$ 310.656,72 (trezentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos) descentralizados pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES para promover a capacitação e a formação de professores para atuação nas escolas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.

Com este investimento o IFAL ampliou o número de alunos na modalidade de ensino à distância no IFAL, passou de 50 (cinquenta) alunos em 2007 para 321 (trezentos e vinte e um) alunos em 2009.

Execução Física e Financeira da Ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
12	128	1061	8429	Atividade	3	Aluno Matriculado

Execução Física			Execução Financeira		
Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
-	-	-	-	-	-

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, do Ministério da Educação, é a unidade orçamentária responsável pela execução e monitoramento desta Ação, bem como, pela definição, acompanhamento e avaliação das metas físicas e financeiras a elas vinculadas.

PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DO IFAL - SATUBA/AL

Gestão de Programas e Ações

Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superior de tecnologia, com melhoria de qualidade.
Objetivos Específicos	Otimizar a utilização de recursos e potencializar experiências exitosas desenvolvidas por organismos e entidades; Apoiar o curso superior de Tecnologia em Laticínios ; Apoiar professores e pesquisadores.
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnologia e professores da educação Básica e da Educação Profissional.

A seguir destacamos algumas das áreas em que a Instituição atua:

MODALIDADE	ÁREA	CURSO
Técnico Integrado ao Ensino Médio	Agropecuária	Técnico em Agropecuária
Técnico Subsequente ao Ensino Médio	Agropecuária	Agricultura Pecuária
Tecnológico	Indústria	Laticínios
Educação de Jovens e Adultos	Indústria Agropecuária	Agroindústria Agricultura Familiar

Ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional

Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.
Descrição	Manutenção da instituição, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, bem como a manutenção de infra-estrutura por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Administração e Planejamento e Diretoria de Ensino.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Administração e Planejamento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com objetivos e competências de uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O orçamento para o funcionamento da educação profissional foi de R\$ 7.652.861 (sete milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais). Cerca de 62% (sessenta e dois por cento) desta dotação corresponde às despesas com Pessoal Ativo e Encargos Sociais. As Despesas Correntes e os Investimentos correspondem a 36% (trinta e seis por cento) e 1,96% (um vírgula noventa e seis por cento), respectivamente.

As principais despesas realizadas com o custeio básico, aquelas que garantem o funcionamento da Instituição, foram as seguintes em 2009: energia elétrica (R\$ 261.042,31), água e esgoto (R\$ 26.253,08), serviços de telefonia (R\$35.528,86),

manutenção e conservação de bens imóveis (R\$140.616,30), serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (R\$ 161.706,98) e vigilância (R\$ 116.959,83).

Foram investidos em infra-estrutura física e aquisição de equipamentos e material permanente, R\$ 149.992,29 (cento e quarenta e nove mil novecentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) do Orçamento do Campus Satuba, sendo que R\$ 107.320,90 em obras e R\$ 42.671,39 na aquisição de equipamentos, visando melhorar os ambientes e dar mais qualidade as atividades.

Recebemos ainda R\$ 1.680.402,64 (um milhão seiscentos e oitenta mil, quatrocentos e dois reais e sessenta e quatro centavos) de recursos descentralizados pelas Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO
Financeira	7.652.861	7.570.482,22	98,92%
Física*	552	482	87,32%

- Alunos beneficiados

A seguir, apresentamos algumas tabelas que detalham os gastos efetuados por esta Instituição com material de consumo, serviços de pessoa jurídica e serviços de pessoa física, nos três últimos anos:

MATERIAL DE CONSUMO

Exercícios: 2007- 2008 - 2009
TOTAL UTILIZADO: R\$ 814.503,56

ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	3.860,93	41.871,41	43.375,62
Gás e Outros Materiais Engarrafados	36.061,80	47.978,60	12.602,50
Alimentos para Animais	176.031,40	225.411,60	176.739,05
Gêneros de Alimentação	289.973,79	403.669,00	325.236,50
Animais para Pesquisa e Abate	16.080,59	12.590,00	10.595,00
Material Farmacológico	5203	5.060,60	4.767,97
Material Odontológico	2.933,85	1.897,77	791,87
Material Educativo e Esportivo	12.21989	7.981,30	6.769,50
Material de Expediente	33.169,21	15.945,60	19.675,15
Material de Processamento de Dados	8.487,50	28.904,94	15.274,12
Materiais e Medicamentos p/ Uso Veterinário	10.709,46	957,04	4.092,71
Material de Acondicionamento e Embalagem	8.088,18	7.980,94	9.675,43
Material de Copa e Cozinha	20.200,84	4.405,38	8.340,18
Material de Limpeza e Prod de Higienização	35.175,47	36.858,01	37.029,26
Material para Manutenção de Bens Imóveis	101.478,65	63.088,32	67.896,78
Material para Manutenção de Bens Móveis	6.440,09	6.613,48	7.492,53
Material Elétrico e Eletrônico	17.784,91	36.260,27	11.250,91
Material de Proteção e Segurança	12.674,83	6.775,22	6.239,60
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	2.490,97	12.122,93	7.948,21
Material para Manutenção de Veículos	10.877,55	8.651,00	26.480,00
Ferramentas	-	-	6.104,98
Material Bibliográfico	-	4.233,00	-

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Exercícios: 2007-2008 – 2009
 TOTAL UTILIZADO: R\$ 267.337,76

ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009
Diárias a Colaboradores Eventuais no País	-	-	4.261,60
Serviços Técnicos Profissionais	73.939,79	55.719,00	20.446,00
Estagiários	-	16.660,00	14.846,87
Salários de Internos em Penitenciárias	105.280,00	-	-
Locação de Bens Móveis e Intangíveis	23.133,00	1.694,00	1.537,00
Manutenção e Conservação de Equipamentos	16.199,00	17.745,01	27.839,00
Manutenção e Conservação de Veículos	6.310,00	11.039,00	5.580,00
Manutenção e Cons. Bens Móveis Outras Naturezas	3.091,00	18.610,00	826,40
Serviços de Limpeza e Conservação	15.758,26	4.078,00	125.521,96
Serviços de Comunicação em Geral	-	-	8.539,16
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	98.451,74	80.024,89	27.157,00
Serviços de Seleção e Treinamento	-	11.619,00	9.394,77
Serviços de Apoio Adm. Técnico e Operacional	13.321,00	86.061,11	11.689,00
Confecção de Uniformes, Bandeiras e Flâmulas	9.690,00	6.459,00	2.203,00
Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	-	-	5.316,00

(*) Albergados (ressocialização de ex-detentos).

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Exercícios: 2007-2008-2009
TOTAL UTILIZADO: R\$ 836.865,66

ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	12.956,00	540,00	540,00
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	158.787,84	133.420,00	140.616,30
Manutenção e Cons.de Máq e Equipamentos	27.534,70	58.137,13	36.064,91
Manutenção e Conservação de Veículos	15.323,91	25.675,60	26.378,52
Serviços de Energia Elétrica	179.507,44	250.862,05	261.042,31
Serviços de Água e Esgoto	2.118,22	3.093,10	26.253,08
Serviços Domésticos	-	-	-
Serviços de Comunicação em Geral	8.793,01	4.810,85	6.010,00
Serviços de Seleção e Treinamento	62.275,88	95.026,00	39.522,00
Serviços Técnicos Profissionais de T.I	-	-	5.530,00
Srviços de Processamento de Dados	13.251,00	450,00	-
Serviços de Telecomunicações	40352,7	34197,25	35.528,86
Serviços Gráficos	9.392,00	12.473,30	1.350,00
Serviços Judiciários	800,00	600,00	-
Seguros em Geral	4677,66	3.707,67	3.398,13
Limpeza e Conservação	-	74.918,36	7.977,14
Serviços de Apoio Adm. Técnico e Operacional	165.113,04	180.024,96	161.706,98
Manut. Cons. Equip. de Proc. de Dados	-	-	6.988,00

PRINCIPAIS EVENTOS REALIZADOS EM 2009

Iniciamos o ano letivo no dia 02 de fevereiro e, de acordo com o calendário pedagógico da Instituição, realizamos os seguintes eventos:

- 05/05 e 16/10 – Reunião de Pais e Mestres;
- 18 a 22/05 – Jogos Internos;
- 03/07 – II Seminário de Cooperativismo, em comemoração ao Dia Internacional do Cooperativismo;
- 07 e 08/07 – Conferência Intermunicipal de Educação (em parceria com a Prefeitura Municipal de Satuba);
- 16 a 17/06 – Semana da Cultura sob o tema *Orgulho de Ser Alagoano*;
- 11/08 – Dia de festividades no Campus pela passagem do Dia do Estudante;
- 30/11 –XIV Gincana Pedagógica em comemoração aos 98 anos da Instituição;
- 24 a 27/08 – Semana Agrotecnológica;

- 16 e 16/10 – XVII Feira de Ciência e Tecnologia, sob o tema *Agropecuária e Sustentabilidade*;
- 26/10 – Dia do Servidor Público (servimos um café-da-manhã e sorteamos brindes com os servidores, em parceria com a Associação de Servidores);
- 07 a 14/11 – Possibilitamos a participação de nossos alunos no 4º Jogos Estudantis das Escolas Agrotécnicas do Nordeste, realizado na cidade do Crato (CE);
- 18/11 – Aula Inaugural do segundo Curso Jovens Lideranças Cooperativistas, em parceria com a Organização das Cooperativas Brasileira;
- 30/12 – Cerimônia de Colação de Grau dos Agrotecnolandos 2009;
- Reativamos o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NAPNE);

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Administração e Planejamento e Diretoria de Ensino
Unidades executoras	Departamento de Administração e Planejamento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com objetivos e competências de uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, descritos em seu Estatuto.

A Assistência ao Educando da Educação profissional contribui na diminuição da evasão escolar e garante a inclusão social dos alunos carentes. Os alunos comprovadamente carentes, oriundos de escolas públicas, recebem auxílios financeiros em forma de bolsas de trabalho e de monitoria, auxílio transporte, fardamentos e óculos, alimentação, assistência médica, odontológica e psicológica. Neste exercício houve um incremento de R\$ 19.447,00 a título de superavit financeiro. Os recursos desta ação são oriundos de arrecadação própria.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão
Financeira	61.525	37.820,19	61,63%
Física	552	482	-

*Aluno assistido

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar as instalações do Campus.
Descrição	Construção, ampliação, reforma e equipamento das novas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Planejamento
Unidades executoras	Diretoria de Administração e Planejamento
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Administração e Planejamento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com objetivos e competências de uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, descritos em seu Estatuto.

Trata-se de recursos descentralizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para modernização da Instituição. Foram descentralizados R\$ 1.680.402,64 (hum milhão, seiscentos e oitenta mil, quatrocentos e dois reais e sessenta e quatro centavos), dos quais R\$ 90.000,00 (noventa mil) não foram utilizados e foram devolvidos à SETEC através da 2009NC001337.

Utilizamos R\$ 332.254,80 na construção de Espaço Multieventos; R\$264.800 com a construção de um muro ao redor do Campus; R\$ 104.983,70 com a aquisição de computadores e projetores de multimídia; R\$ 260.542,84 com a construção do Centro de Atendimento ao Educando; R\$ 126.100,00 com a aquisição de animais, matrizes e reprodutores; R\$ 68.830,43 com alimentação para os alunos; R\$ 50.500,00 com assistência aos estudantes do PROEJA; e, R\$ 374.763,31 com a aquisição de veículos.

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio as Políticas Públicas
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
Objetivos Específicos	Formular políticas e intensificar a gestão participativa e de controle social
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Diretrizes e regras para democratização de todo o sistema educacional em sua relação com a sociedade. A partir destas diretrizes poderão ser estabelecidos regras e princípios para a gestão, o financiamento e o desempenho administrativo mais eficazes e eficientes. O não atingimento de uma gestão, controle e avaliações sistemáticas implicaria na perpetuação de situações de exclusão de milhões de brasileiros da educação, do agravamento da concentração de renda, injustiça social e ineficiências e ineficácias nas políticas públicas.
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Principais Ações do Programa

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Planejamento
Unidades executoras	Diretoria de Administração e Planejamento
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da Ação	Diretoria de Administração e Planejamento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com objetivos e competências de uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, descritos em seu Estatuto.

Esta Ação visa promover treinamento e qualificação aos servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO %
Financeira	60.000	58.646,78	97,74%
Física*	130	21	

* Servidor capacitado

Na certeza de que educação de qualidade passa invariavelmente pela qualificação e capacitação de seus servidores, professores e técnico-administrativos, o Campus Satuba alocou no Orçamento de 2009 o valor de R\$ 60.000 (sessenta mil reais) para atender ao programa de Capacitação de Servidores Públicos, 10% a mais que o investido no ano passado. Orçamento investido na valorização do seu quadro de pessoal, através de cursos de curta duração, congressos e seminários, no Estado ou fora dele. Foram destinados R\$ 58.646,78 em um curso fechado para servidores deste Campus, gerenciados pelo Departamento de Administração e Pagamento de Pessoal visando desenvolver o maior número de servidores e atender as necessidades da comunidade escolar.

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos Específicos	Proporcionar aos servidores e seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção e realização de suas atividades, além de proporcionar qualidade de vida.
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Principais Ações do Programa

Este programa visa melhorar a qualidade de vida dos servidores através de ações como auxílio- alimentação, auxílio-transporte, assistência pré-escolar e assistência à saúde. São ações que contribuem para a satisfação de servidor, e conseqüentemente com a melhoria dos serviços prestados à comunidade.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Administração e Planejamento
Unidades executoras	Diretoria de Administração e Planejamento
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Administração e Planejamento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com objetivos e competências de uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, descritos em seu Estatuto.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO
Financeira	18.000	17.030,64
Física*	27	21

* Criança atendida

Esse benefício aos servidores da Instituição foi realizado de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos para todos os servidores beneficiados, com pagamentos médios mensais de 66,00 (sessenta e seis reais) por crianças atendidas de 0 a 6 anos de idade em 2009.

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência de Gestão de Pessoas e Diretoria de Administração e Planejamento
Unidades executoras	Gerência de Gestão de Pessoas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da	Gerência de Gestão de Pessoas

ação	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com objetivos e competências de uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, descritos em seu Estatuto.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO
Financeira	114.400	97.198,16
Física*	80	83

* Servidor beneficiado

Essa Ação foi realizada de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos em pecúnia a todos os beneficiados, com pagamentos médios mensais para cerca de 83 servidores em 2009.

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou <i>ticket</i> -alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou <i>ticket</i> -alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência de Gestão de Pessoas e Diretoria de Administração e Planejamento
Unidades executoras	Gerência de Gestão de Pessoas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Gerência de Gestão de Pessoas,
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com objetivos e competências de uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, descritos em seu Estatuto.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO
Financeira	189.600	205.065,67
Física*	128	140

* Servidor beneficiado

Essa ação foi realizada de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos em pecúnia a todos os beneficiados, com pagamentos médios mensais para de 583 (quinhentos e oitenta e três) servidores em 2009.

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para a manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica os servidores, empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência de Gestão de Pessoas e Diretoria de Administração e Planejamento
Unidades executoras	Gerência de Gestão de Pessoas,
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Gerência de Gestão de Pessoas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com objetivos e competências de uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, descritos em seu Estatuto.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO
Financeira	169.200	356.173,00
Física*	128	138

* Pessoa beneficiada

O valor alocado nesta ação foi utilizado para concessão do benefício de assistência médico-hospitalar através de convênio com entidade de autogestão. No Campus Satuba a operadora de plano de saúde escolhida pelos servidores foi a Fundação GEAP. A expectativa era que mais pessoas deixar pudessem aderir a este plano, porém, houve um erro na avaliação, alguns servidores não optaram em migrar de seus planos de saúde para o plano escolhido.

A Dotação Orçamentária prevista para esta Ação foi de R\$ 169.200,00 (cento e sessenta e nove mil e duzentos reais). No entanto, foram gastos R\$ 356.173,00 em assistência médica e odontológico – valor suplementado pelo Ministério da Educação. Desse montante, R\$ 162.775,00 foi investido no pagamento de faturas do GEAP a partir

de janeiro de 2009. R\$ 6.760,00 com ressarcimento de assistência médico-odontológica a partir de setembro de 2009; o saldo de R\$ 186.638,00 foi transferido para a UG 158382 – Gestão 26402.

Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas
Objetivo Geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Objetivos Específicos	Proporcionar aos servidores e seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção e realização de suas atividades, além de proporcionar qualidade de vida.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Viabilizar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário dos servidores públicos e garantir o pagamento de aposentadorias e pensões.
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

Principais Ações do Programa

Ação 0181– Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Dados Gerais da Ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gerência de Gestão de Pessoas e Diretoria de Administração e Planejamento
Unidades executoras	Gerência de Gestão de Pessoas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Gerência de Gestão de Pessoas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com objetivos e competências de uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, descritos em seu Estatuto.

Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	4. 724. 954	6. 023. 688,1	127,49%
Física*	115	119	-

* Pessoa beneficiada

•
2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1. EVOLUÇÃO DE GASTO GERAIS

2.4.2.

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	56.735,16	69.428,85	7.846,14
2. DIÁRIAS	70.658,60	76.556,90	86.509,67
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	24.863,52	31.666,61	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	247.122,72	333.424,52	116.959,83
3.3. Tecnologia da Informação	-	-	5530
3.4. Outras Terceirizações	-	-	-
3.5. Suprimento de Fundos		2.800.00	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO COOPERATIVO	14.071,51	-	9.781,04
TOTAIS	413.451,51	513.876.88	226.626,68

INDICADORES DE DESEMPENHO - CEFET/AL

Em atendimento ao Acórdão nº 2.267/2005-TCU, que determina a inclusão dos indicadores de gestão no presente Relatório, acompanhados dos dados primários relativos aos componentes necessários ao seu cálculo, apresentamos a seguir estes indicadores, que demonstraram o esforço do IFAL em atingir os melhores índices de eficiência, eficácia e efetividade.

Indicadores Acadêmicos

RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA

Tipo:

Indicador de Eficácia

Objetivo:

Identificar a relação candidato/vaga

Definição:

Inscrições = número de inscrições para vestibular e processos seletivos

Vagas Ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso

Fórmula de Cálculo:

Relação = $\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$

Vagas

RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGAS

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de inscrições	9.083	11.516	10.463	13.184
Total de vagas ofertadas	1.400	1.465	1.515	1.703
Relação	6,49	7,86	6,91	7,74

Análise do Indicador:

A Instituição aumentou cerca de 17% (dezessete por cento) sua oferta de vagas ao longo do período analisado e as inscrições cerca de 31%,(trinta e um por cento) o que demonstrou evolução positiva. O que demonstra o esforço da Instituição em aumentar o número de alunos e o maior interesse da sociedade pelos cursos ofertados.

RELAÇÃO VAGAS OFERTADAS/ALUNOS

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a taxa de vagas ofertadas em relação ao total de alunos

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

Vagas ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Vagas Ofertadas}}{\text{Alunos}} \times 100$$

RELAÇÃO VAGAS OFERTADAS/ALUNOS

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de alunos	2.372	2.717	3.445	4.219
Total de vagas ofertadas	1.400	1.465	1.515	1.703
Relação	59,02	53,92	43,98	40,37

Análise do Indicador:

O aumento na oferta de vagas e o aumento do número de alunos matriculados demonstra que a Instituição está buscando ao longo do período analisado utilizar toda sua capacidade instalada, ou seja, utilizar mais e melhor todos os seus recursos humanos e materiais.

RELAÇÃO DE INGRESSOS/ALUNOS

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Ingressos}}{\text{Alunos}} \times 100$$

RELAÇÃO DE INGRESSOS/ALUNOS MATRICULADOS

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de alunos	2.372	2.717	3.445	4.219
Alunos ingressos	1.400	1.465	1.515	1.739
Relação	59,02	53,92	43,98	41,22

Análise do Indicador:

O aumento na oferta de vagas e a redução da evasão escolar contribuíram para o maior número de alunos matriculados durante os anos analisados. A quantidade de alunos ingressos cresceu 19% (dezenove por cento) entre 2006 e 2009.

RELAÇÃO LIVROS (TÍTULOS)/ALUNOS

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a disponibilidade do acervo bibliográfico (títulos), em relação ao total de alunos

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

O quantitativo de títulos é igual ao número de livros (títulos) do acervo bibliográfico disponível para consultas e empréstimos pelos alunos

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Livros (Títulos)}}{\text{Alunos}}$$

RELAÇÃO LIVROS (TÍTULOS)/ALUNOS

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Livros (Títulos)	18.465	16.988	18.911	20.391
Total de Alunos	2.372	2.717	3.445	4.219
Relação	7,78	6,25	5,49	4,83

Análise do Indicador:

A redução da relação se manteve constante entre 2006 e 2009. Percentualmente o aumento no número de livros foi menor do que o aumento do número de alunos entre 2006 e 2009, o que demonstra a necessidade de maiores investimentos para manutenção e ampliação do acervo da Instituição.

RELAÇÃO LIVROS (EXEMPLARES)/ ALUNOS

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a disponibilidade do acervo bibliográfico (exemplares), em relação ao total de alunos.

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

O quantitativo de títulos é igual ao número de livros (exemplares) do acervo bibliográfico disponível para consultas e empréstimos pelos alunos

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Livros (Exemplares)}}{\text{Alunos}}$$

RELAÇÃO LIVROS (EXEMPLARES)/ALUNOS

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total Livros (Exemplares)	22.186	27.180	30.258	31.758
Total de Alunos	2.372	2.717	3.445	4.219
Relação	9,35	10	8,78	7,53

Análise do Indicador:

Assim como no indicador anterior, a redução percentual da relação se manteve constante entre o período analisado, mesmo observando o crescimento no total de exemplares e número de alunos.

RELAÇÃO CONCLUÍTES/ALUNOS

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Concluintes} \times 100}{\text{Alunos}}$$

RELAÇÃO DE CONCLUINTES/ALUNOS MATRICULADOS

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de alunos	2.372	2.717	3.445	4.219
Alunos concluintes	801	718	354	342
Relação	33,77	26,43	10,28	8,11

Análise do Indicador:

O aumento do número de alunos matriculados nos quatro anos analisados foi o responsável pela redução na relação concluintes/alunos matriculados, uma vez que, os novos alunos permanecem, em média, quatro anos na Instituição. Desta forma, ainda não se observa o reflexo dessas matriculas na relação em 2009.

ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DE CONCLUINTES

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a eficiência da Instituição

Definições:

Concluinte = aluno que integralizou os que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Concluintes}}{\text{Número de Ingressos}}$$

ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DOS CONCLUINTES

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Alunos concluintes	801	718	354	342
Alunos ingressos	1.400	1.465	1.515	1.739
Índice	0,57	0,49	0,23	0,20

Análise do Indicador:

Entre 2006 e 2009 observou-se a redução do número de alunos concluintes e o aumento dos alunos ingressos. Devido o considerável aumento de alunos ingressos e o reduzido número de alunos matriculados nos anos de 2006 e anteriores, observamos no início do período analisado um desequilíbrio nesta relação, porém com crescimento das matrículas e a diminuição da evasão escolar a relação tende ao equilíbrio.

ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar e em relação ao total de alunos.

Definições:

Retenção Escolar refere-se aos alunos reprovados e com trancamento de matrículas.

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Retidos} \times 100}{\text{Número de Matrículas}}$$

ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Alunos Retidos	841	758	490	695
Total de alunos	2.372	2.717	3.445	4.219
Índice	35,46	27,90	14,22	16,47

Análise do Indicador:

Entre 2006 e 2008 observou-se a redução do número de alunos retidos e do índice de retenção do fluxo escolar. Em 2009 houve pequeno crescimento no índice, porém, proporcional ao crescimento do número de matrículas.

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM A RENDA PR CAPITA FAMILIAR

Objetivo:

Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

FAIXA SALARIAL	ALUNOS (%)
RFP < 1 Salário Mínimo	24,83
1 Salário Mínimo < RFP < 2 Salário Mínimo	20,96
2 Salário Mínimo < RFP < 3 Salário Mínimo	27,79
3 Salário mínimo < RFP < 5 Salário Mínimo	18,22
5 Salário Mínimo < RFP < 7 Salário Mínimo	5,24
7 Salário Mínimo < RFP < 10 Salário Mínimo	1,37
RFP > 10 Salário Mínimo	1,59

Análise do Indicador:

Entre os alunos que ingressaram em 2009, 45,79% (quarenta e cinco vírgula setenta e nove por cento) tem renda familiar per capita até dois salários mínimos e 73,58% (setenta e três vírgula cinquenta e oito por cento) até três salários mínimos. Reflexo da

política da Instituição em em reservar a metade de suas vagas para alunos de escolas públicas, notadamente carentes.

Indicadores de Pessoal

RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

O docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h e DE por 1)

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$$

RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL				
VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Alunos	2.372	2.717	3.445	4.219
Número de Docentes	429	320	331	345
Relação	5,53	8,49	10,41	12,23

Análise do Indicador:

Há uma evolução positiva na relação apresentada por este indicador. Mesmo com aumento do número de docentes (4%). A Instituição melhorou a relação professor/aluno em 15% (quinze por cento).

ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Tipo:

Indicador de Eficácia

Objetivo:

Quantificar o índice de titulação do corpo docente (efetivos e em contrato temporário)

Definições:

A titulação do corpo docente é subdividida em cinco grupos: Graduado (G), Aperfeiçoado (A), Especialista (E), Mestre (M) e Doutor (D)

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice} = \frac{G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5}{G + A + E + M + D}$$

ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Docente por Titulação	1422	1062	1141	1.143
Número de Docentes	429	320	331	345
Relação	3,31	3,32	3,45	3,31

Análise do Indicador:

A relação do indicador nos anos analisados permanece constante, observa-se um crescimento constante na quantidade de docentes a partir de 2007, bem com na titulação do corpo docente, fruto na gestão para novas contratações e no investimento em qualificação do corpo docente nos últimos anos.

RELAÇÃO ALUNOS/TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o número de alunos por servidores técnicos administrativos

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Nº de Técnicos Administrativos}} \times 100$$

RELAÇÃO ALUNOS/TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS				
VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Alunos	2.372	2.717	3.445	4.219
Técnicos Administrativos	373	274	280	320
Relação	6,36	9,92	12,3	13,18

Análise do Indicador:

Observa-se que houve redução no número de servidores técnicos administrativos de 2006 para 2007, a partir deste ano houve crescimento de servidores. O que não reduziu a relação durante os quatro anos apresentados, pois ocorreu também o crescimento do número de alunos, o que demonstra maior eficiência da Instituição.

RELAÇÃO TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS / DOCENTES

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o número de servidores técnicos administrativos por servidores docentes

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Técnicos Administrativos} \times 100}{\text{Número de Docentes}}$$

RELAÇÃO TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS/DOCENTES				
VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Técnicos Administrativos	373	274	280	320
Número de Docentes	429	320	331	345
Relação	0,87	0,86	0,85	0,93

Análise do Indicador:

Ao longo dos anos de 2006 e 2008 não houve praticamente alteração na relação, o que demonstra um equilíbrio entre o corpo técnico administrativo e docente. Em 2009, ocorreu crescimento em ambos os segmentos, 12% (doze por cento) técnicos-administrativos e 4% (quatro por cento) docentes.

Indicadores de Orçamento

GASTOS CORRENTES POR ALUNO

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar os Gastos por Aluno

Definições:

Consideraram-se Gastos Correntes todos os gastos, exceto Investimento, Capital, Precatórios, Inativos e Pensionistas

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Gastos Correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Nº de Alunos}}$$

GASTOS CORRENTES POR ALUNOS

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos Correntes	37.515.244,00	38.552.119,00	39.137.041,00	46.121.063,63
Total de Alunos	2.372	2.717	3.445	4.219
Gastos Correntes por Aluno/Ano	15.815,87	14.189,22	11.360,53	10.931,75

Análise do Indicador:

Este indicador demonstra uma redução nos valores dos gastos correntes por aluno, o chamado custo aluno, durante o período analisado. Apesar do aumento dos gastos correntes (folha de pagamento de pessoal ativo e despesas com manutenção da Instituição), ocasionado principalmente pelo aumento das despesas com pessoal, o crescimento no número de alunos foi determinante para esta redução. A Instituição reduziu seu custo aluno em 30,88% (trinta vírgula oitenta e oito por cento), entre 2006 e 2009, atendendo um maior quantitativo de alunos com menos gastos.

PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais

Definições:

Gastos com Pessoal = Gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, sentenças judiciais e precatórios

Gastos totais = Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com Pessoal	44.864.553,00	45.961.127,00	46.555.244,00	57.220.581,46
Total de Gastos	51.365.632,00	53.806.061,00	55.084.609,00	66.649.661,46
Percentual de Gastos com Pessoal	87,34%	85,42%	84,52%	85,85%

Análise do Indicador:

As despesas com pessoal historicamente comprometem a maior parte do Orçamento do IFAL. Neste indicador observamos que a relação decresceu entre 2006 e 2008 e voltou a crescer em 2009, fruto do aumento do número de servidores e da política salarial do Governo Federal.

PERCENTUAL DE GASTOS DE PESSOAL COM ATIVO

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual dos gastos com pessoal ativo em relação aos gastos totais de Pessoal

Definições:

Gastos com Ativos: Gastos com servidores ativos

Gastos com Pessoal = Gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, sentenças judiciais e precatórios

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal Ativo}}{\text{Total de Gastos com Pessoal}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL ATIVO

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com Pessoal Ativo	25.981.999,00	25.810.575,00	31.307.676,00	37.531.982,62
Total de Gastos com Pessoal	44.864.553,00	45.961.127,00	46.555.244,00	57.220.581,46
Percentual de Gastos com Pessoal Ativo	57,91%	56,16%	67,25%	65,59%

Análise do Indicador:

O aumento do percentual dos gastos com pessoal ativo representa maior número de servidores contribuindo para o atingimento dos objetivos da Instituição. Observa-se que os percentuais de aumento com pessoal ativo e com os gastos totais de pessoal foram similares.

PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS (EXCLUSIVE BENEFÍCIOS)

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual de Gastos com Outros Custeios em relação aos Gastos Totais

Definições:

Gastos com Outros Custeios: Gastos Totais de Outras Despesas Correntes e de Capital menos Benefícios, e PASEP, Investimentos e Inversões Financeiras

Gastos Totais: Gastos Totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS (EXCLUSIVE BENEFÍCIOS)

R\$ 1,00				
VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com Outros Custeios	4.490.232,00	6.334.487,00	6.683.198,00	7.466.807,00
Total de Gastos	51.365.632,00	53.806.061,00	55.084.609,00	66.649.661,46
Percentual de Gastos com Outros Custeios	8,74%	11,77%	12,13%	11,2%

Análise do Indicador:

O percentual de de gastos com outros custeios permaneceu constante entre 2007 e 2009. Há um crescimento de quase 40% (quarenta por cento) no total de gastos com outros custeios entre 2006 e 2009. Em 2009 esse crescimento foi de 10% (dez por cento) em relação a 2008. Significa que a Instituição teve mais recursos para sua manutenção e para atendimento das necessidades de suas atividades, podendo investir mais em capacitação e qualificação de seus servidores, em bens e materiais para laboratórios e oficinais, em tecnologia e em reformas.

PERCENTUAL DE GASTOS COM CUSTEIO BÁSICO

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual de Gasto com Custeio Básico em relação ao total de Gastos com Outros Custeios

Definições:

Gastos com Custeio Básico: somatório dos gastos anuais com fornecimento de água e esgoto, energia elétrica, serviços de telefonia, serviços de vigilância, serviços de limpeza e conservação

Gastos com Outros Custeios: Gastos totais de Outras Despesas Correntes e de Capital menos Benefícios, e PASEP, Investimentos e Inversões financeiras

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Total de Gastos com Custeio Básico}}{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM CUSTEIO BÁSICO

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com Custeio Básico	1.765.339,57	2.039.351,54	2.044.745,77	2.096.876,59
Total de Gastos com Outros Custeios	4.490.232,00	6.334.487,00	6.683.198,00	7.466.807,00
Percentual de Gastos com Custeio Básico	39,32%	32,19%	30,6%	28,08%

Análise do Indicador:

As gastos com o custeio básico se mantiveram constantes entre 2007 e 2009, mesmo com os aumentos das tarifas públicas e com os acordos coletivos de trabalho para os serviços terceirizados. Demonstra que a Instituição, a pesar do aumento do número de alunos, está economizando. Fruto da otimização dos seus processos internos, melhoria dos procedimentos licitatórios e do esforço na redução de desperdícios. Significa melhores condições para investimentos em qualificação de pessoal, em pesquisa e extensão, para realização de reformas e ampliações de ambientes, aquisição de bens e suprimentos, enfim melhores condições para atendimento a sociedade.

PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS (EM RELAÇÃO AOS GASTOS TOTAIS)

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual dos Gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos Gastos Totais

Definições:

Investimentos: Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro

Inversões Financeiras: Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros

Gastos Totais: Gastos Totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Gastos Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS x GASTOS TOTAIS

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com Investimentos	604.025,00	600.000,00	700.000,00	840.000,00
Total de Gastos	51.365.632,00	53.806.061,00	55.084.609,00	66.649.661,46
Percentual de Gastos com Investimentos x Gastos Totais	1,18%	1,12%	1,27%	1,26%

Análise do Indicador:

Observa-se que mesmo com o aumento de cerca de 28% (vinte oito por cento) no total de gastos com investimentos entre 2006 e 2009, o percentual se manteve praticamente constante devido ao crescimento dos gastos totais. O mais importante é demonstrar que houve o aumento dos investimentos na Instituição.

PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS x GASTOS DE OCC

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual dos Gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos Gastos Totais com Outras Despesas Correntes e de Capital (exclusive Benefícios).

Definições:

Investimentos: Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro

Inversões Financeiras: Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros

Gastos com Outros Custeios: Gastos totais de Outras Despesas Correntes e de Capital menos Benefícios, e PASEP

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Gastos Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Total de Gastos com OCC (exclusive beneficios)}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS x GASTOS OCC

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com Investimentos	604.025,00	600.000,00	700.000,00	840.000,00
Total de Gastos com Outros Custeios	5.094.257,00	6.334.487,00	6.683.198,00	7.466.807,00
Percentual de Gastos com Investimentos x Gastos OCC	11,86%	9,47%	10,47%	11,25%

Análise do Indicador:

O percentual analisado entre 2006 e 2009 permaneceu praticamente sem apresentar oscilações bruscas no período, mesmo com o aumento do investimento o IFAL não comprometeu a manutenção da Instituição.

PERCENTUAL DE GASTOS COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual dos gastos com recursos de Outras Fontes em relação ao total de recursos.

Definições:

Recursos de Outras Fontes: Compreendem todos os gastos com recursos das fontes 201, 213, 246, 247, 248, 249, 250, 280, 291, 292, 295 e 296.

Gastos Totais: Gastos Totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Total de Gastos com Recursos de Outras Fontes} \times 100}{\text{Total de gastos de todas as fontes}}$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com Recursos de Outras Fontes	330.615,00	645.099,00	525.601,00	461.260,33
Total de Gastos	51.365.632,00	53.806.061,00	55.084.609,00	66.649.661,46
Percentual de Gastos com Recursos de Outras Fontes	0,64%	1,2%	0,95%	0,69%

Análise do Indicador:

Os recursos de outras fontes representam o esforço do IFAL em arrecadar. Há um aumento de quase 100% entre 2006 e 2007, e crescimento considerável em 2008, também em relação a 2006. Observa-se uma redução da arrecadação em 2009 em relação a 2008 de 12,25% (doze vírgula vinte e cinco por cento). O que demonstra a necessidade de investimento nas áreas que podem gerar recursos para Instituição.

PERCENTUAL DE GASTOS COM CONVÊNIOS E DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS/GASTOS COM OCC

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual dos gastos com recursos de Convênios e Descentralização de Créditos em relação aos Gastos Totais de OCC com todas as fontes (exclusive benefícios)

Definições:

Gastos com Convênios e Descentralizações de Créditos: Gastos com recursos de Convênios e descentralizações de Crédito

Gastos com Outros Custeios: Gastos totais de Outras Despesas Correntes e de Capital menos Benefícios, e PASEP, Investimentos e Inversões financeiras

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Gastos Recursos de Convênios e Descentralizações}}{\text{Total de Gastos de OCC (exclusive benefícios)}}$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM CONVÊNIOS E DESCENTRALIZAÇÕES

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com Convênios e Descentralizações	1.414.386,52	5.212.871,28	2.573.690,82	3.873.077,44
Total de Gastos com OCC	5.094.257,00	6.334.487,00	6.683.198,00	7.466.807,00
Percentual de Gastos com Convênios e Descentralizações/OCC	27,76%	82,29%	38,51%	51,87%

Análise do Indicador:

Este indicador apresenta o esforço do IFAL em buscar recursos externos, ou seja, convênios ou descentralizações de crédito para permitir, principalmente, investimentos na Instituição. O percentual de 87,29% em 2007 deve-se a descentralização de crédito para construção de duas novas unidades de ensino (Penedo e Piranhas), por isso a diferença percentual em relação aos anos de 2006, 2008 e 2009.

Mas, observa-se crescimento do total de gastos com Convênios e Descentralizações em 2009 em relação a 2006 e 2008, assim como aumentou o seu percentual. Em 2009 esse aumento foi de 33% (trinta e três por cento) em relação a 2008.

Área Responsável pelos Cálculos

Os Indicadores de Desempenho Operacional foram calculados e auferidos pelo Departamento de Planejamento, Orçamento e Obras, vinculado a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, com base nas informações fornecidas pelas unidades administrativas e de ensino do IFAL.

INDICADORES DE DESEMPENHO – SATUBA/AL

1. RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA: 6,42

Total de inscrições em 2008/2009: 1.772

Total de vagas ofertadas em 2008/2009: 276

2. RELAÇÃO INGRESSO/ALUNO: 49,91%

Ingressos: número de alunos que ingressaram por meio de processo seletivo, convênios e vestibular em 2009: 276 (total de vagas oferecidas foram todas preenchidas);

Alunos matriculados: 553

3. RELAÇÃO CONCLUINTES/ALUNOS: 21,88%

Concluintes (aptos a colar grau): 04 (Laticínios) + 11 (Pecuária) + 18 (Agricultura) + 73 (Técnico em Agropecuária) + 03 + 12 = 121 (Proeja) = 121

Alunos matriculados no ano: 553

4. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA: 43,84%

Concluintes: 121

Ingressos ocorridos: 276

5. ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR: 20,80%

Alunos matriculados: 553

Reprovação + trancamento: 18 + 97 = 115

6. RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL: 22,85

Alunos matriculados: 553 (total alunos matriculados) + 361 (Técnicos em Agropecuária (conta dobrado) = 914

Docente em tempo integral: 48 professores, menos: Genilse Oliveira, Francisco de Assis V. Amorim, José Jonas de Melo Alves, Altemir João Secco, Jocília Rodrigues, Anselmo Lúcio, Paulo Felisberto da Rocha e Josiane de Souza Luna = 40

7. GASTOS CORRENTES POR ALUNO: R\$ 8.296,51.

Gastos correntes (todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas): R\$ 16.408.460,81 - 1.584.493,42 (investimento) – R\$ 1.217.267,36

(sentenças judiciais) – R\$ 6.023.688,10 (inativos e pensionistas) = R\$ 7.583.011,93;

Alunos matriculados: 914

OBS: Considerando que os alunos matriculados nos cursos técnicos estudam os dois horários (manhã e tarde), para o cálculo do Indicador nº 06 (Relação alunos/docentes em tempo integral) e do indicador nº 07 (Gastos correntes por aluno) de 2009, adotamos para efeito do cálculo o quantitativo de aluno equivalente. Ou seja, os alunos que estudam nesse regime valem por 2, assim: como tínhamos 361 alunos matriculados em cursos técnicos, esse valor foi multiplicado por 2 = 722 alunos. Somando com os 192 alunos dos demais cursos, totalizou 914 alunos.

8. PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL: 78,02%

Gastos com pessoal: gastos com servidores ativos (R\$ 6.474.812,15) + Inativos (R\$ 2.899.440,98) + Pensionistas (R\$2.209.848,21) + Sentenças Judiciais (R\$1.217.267,36) = R\$ 12.801.368,70.

Gastos Totais: R\$ 16.408.460,81

9. PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS: 11,38%

Gastos com outros custeios (menos beneficios e investimentos) = R\$1.867.452,53

Gastos Totais: R\$ 16.408.460,81

10. PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS: 9,66%

Investimentos: R\$ 935.975,02 (obras) + R\$ 648.518,40 (material permanente) = 1.584.493,42

Gastos totais: R\$ 16.408.460,81

COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - CEFET/AL

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários			
Próprios	629	238	867
Requisitados	3	-	3
Celetistas	29	3	32
Cargos de livre provimento			
Estatutários	169	28	197
Não Estatutários			
Terceirizados	120		
Total	830	269	1.099

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLÓGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	547	23.193.194,05	10.170.824,60	1.913.808,15	1.121.722,66	466.854,32
2008	599	27.023.506,82	10.287.025,04	2.464.062,67	1.416.128,29	238.498,42
2009		34.843.883,93	12.065.209,65	3.319.508,59	1.884.860,32	627.192,16
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	13	174.000,00				
2008	20	311.349,24				
2009	29	592.249,44				
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	1	30.497,52				
2008	2	60.995,04				
2009	2	60.995,04				
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	-					
2008	3	103.459,80				
2009	5	155.941,10				
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	-					
2008	1					
2009	3					

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	97	1.200.234,50	6	73.788,57	-	-		121.429,21
2008	85	1.138.505,11	35	386.422,86	-	-		157.215,63
2009	85	1.282.046,53	35	430.677,33	-	-		202.344,39

ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Conforme peça indispensável do presente Relatório de Gestão passo a analisar a situação da área de Gestão de Pessoas do IFAL.

Primeiro ponto a se analisar é a Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão Organizacional, transcrevo abaixo a missão organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas tem por missão promover uma educação de qualidade através do ensino, pesquisa e extensão, com espírito crítico e inovador, gerando conhecimentos científicos e tecnológicos que promovam o desenvolvimento sócio-cultural e tecnológico da sociedade alagoana e brasileira.

Deste modo, a Diretoria de Gestão de Pessoas tem como finalidade auxiliar, através de suas Coordenações e ações inerentes, a promoção da educação de qualidade, colaborando e capitaneando o desenvolvimento dos servidores das carreiras docentes e administrativas. Estas ações se refletem no Plano Anual de Capacitação dos servidores do IFAL, além das ações a serem implantadas voltadas para atenção a saúde do servidor, além do programa de pré-aposentadoria.

O quantitativo atual de servidores para atender de forma adequada e tempestiva à Missão Organizacional do IFAL hoje é defasado e longe do ideal. Há docentes com carga horária no limite, lecionando em vários *Campi*, sendo sobrecarregado com as suas atribuições. Essa realidade é necessária, devido à falta de docentes; situação contrastante com o aumento da oferta de vagas/cursos para a sociedade alagoana, e porque não falar Nordestina, que o IFAL promoveu ao longo dos últimos 3 anos. O corpo dos técnicos administrativos também está sobrecarregado, em função das vacâncias para posso em outro cargo inacumulável; fenômeno esse explicado devido às carreiras do Judiciário e Legislativo apresentarem melhor remuneração do que a maioria das carreiras do Poder Executivo, em especial a carreira de Técnico Administrativo em Educação. Hoje, temos

um percentual de 46% de desistência e/ou pedidos de vacâncias dos servidores da carreira de técnico administrativo, em especial para o cargo de Assistente em Administração; principal cargo da carreira administrativa para as IFEs.

A qualificação dos servidores vem aumentando, haja vista o número de servidores afastados para pós-graduação, tanto na carreira docente como administrativa; temos atualmente 29 servidores em cursos de Pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado.

O ampliação do Quadro de Recursos Humanos do IFAL, bem como da própria Diretoria de Gestão de Pessoas é um fato que não pode ser deixado a revelia. Haja vista, para o ano de 2010 o início e em 2011 a consolidação da expansão do IFAL para o interior do Estado de Alagoas. Esta expansão se dará com a abertura de mais 4 *Campi*. Desta forma, serão ofertados mais cursos para a população beneficiada pela construção dos *Campi*, fator este que demandará ampliação do quadro de docentes e administrativos para operacionalizar de forma eficiente e imediata as demandas inerentes as atividades dos *Campi*.

A política remuneratória é regida pelas Leis 11.091/2005 e 11.784/2008, não tendo esta Instituição autonomia para alterar o que é estabelecido por Lei. Não há na Instituição Planos Demissionais.

As leis que regem a remuneração dos servidores apresentam especificidades para progressão funcional para seus públicos. Estas características são contempladas no Plano Anual de Capacitação da Instituição, em especial para os servidores administrativos.

No tocante a Diretoria de Gestão de Pessoas, por força do Decreto 5707/2006, os servidores atuantes na área de Recursos Humanos devem realizar capacitação de forma sistemática e continuada, objetivando evitar erros ou interpretação equivocada da legislação de pessoal e correlatas.

Além disso, o quantitativo de servidores hoje da Diretoria de Gestão de Pessoas é somente metade do que seria considerável razoável para administrar e capacitar, de forma tempestiva e efetiva as atribuições inerentes a esta Diretoria. Atribuições estas que ficaram centralizadas com a Lei 11.892/2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Desta forma, os processos e ações de Aposentadoria, Atenção a Saúde do Servidor, Capacitação Continuada dos servidores do IFAL, Nomeação de candidatos aprovados, Atualização Cadastral, processos judiciais para cadastramento no SICAJ, realização de concursos públicos, processamento mensal da folha de pagamento, análise de processos referentes a legislação de pessoal, supervisão do programa de avaliação de desempenho, supervisão do programa de gestão por competências, cadastramento das concessões de pensão no SISAC, alimentação do sistema SIMEC para autorização de provimento, supervisão da contratação de estagiários e professores substitutos, acompanhamento dos servidores afastados para pós-graduação, acompanhamento dos servidores cedidos a outros órgãos, análise dos processos de redistribuição, atualização cadastral, recadastramento de aposentados e pensionistas, entre outras atividades inerentes e indelegáveis da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Composição do Quadro de Recursos Humanos – SATUBA/AL

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Σ
Próprios	136	132	168
Requisitados	-	-	-
Celetistas (*)	03	06	-
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	Σ
Estatutários	01	01	01
Não Estatutários	-	-	-
Terceirizados	31	-	-
Total	171	139	169

(*) SUBSTITUTOS

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

Satuba/AL

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	118	4.806.558,55	-	1.924.199,26	78.559,38	-		
2008	121	5.650.369,83	-	2.067.692,82	103.012,33	-		
2009	136	6.738.347,59	-	2.266.381,65	134.962,23	-		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	06	64.184,16	-	-	-	-		
2008	05	50.786,80	-	-	-	-		
2009	03	121.422,78	-	-	-	-		
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	01	43.400,81	-	-	-	-		
2008	01	48.761,48	-	-	-	-		
2009	01	50.978,68	-	-	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	14	247.122,72	-	-	-	-	-	-
2008	18	333.434,52	-	-	-	-	10	16.660,00
2009	31	278.666,81	-	-	-	-	06	14.846,87

- Vencimento: 31.90.11
- Gratificações: 31.90.11.31/31.90.11.33 e 31.90.11.37
- Adicionais: 31.90.11.04/31.90.11.09 e 31.90.11.10

RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se Aplica

RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CEFET/AL

Restos a Pagar Processados				
Ano Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	673.029,47	0,00	604.523,53	68.505,94
2007	494.631,27	0,00	477.830,03	16.801,24
Restos a Pagar não Processados				
Ano Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	2.867.284,06	0,00	2.448.653,88	418.640,18
2007	6.274.986,82	4.757,80	2.807.689,35	3.462.539,67

Atos legais que autorizaram o pagamento no exercício de 2009 de RP Processados e Não-Processados inscritos até 2007: Lei n. 4.320/64, Decreto n. 93.872/86.

Pagamento de Restos a Pagar - Satuba/AL

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	214.163,07		210.163,07	4.000,00
2007	84.447,60		80.447,60	4.000,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	604.833,71	7.353,54	587.878,03	9.602,14
2007	458.120,31	37.000,90	421.119,41	
...				
Observações:				

Demonstrativos de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Concedente(s)									
UG		Denominação							
150016		Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação – SETEC/MEC							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Descentralização de Crédito	2009NC001743	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	500.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00	19/10/09	18/06/10	0
Descentralização de Crédito	2009NC000108	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	33.600,00	0,00	33.600,00	33.600,00	15/04/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC000642	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00	08/07/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC000747	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00	17/07/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC000968	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	48.600,00	0,00	48.600,00	48.600,00	17/08/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001001	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	660.000,00	0,00	660.000,00	660.000,00	19/08/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001112	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	96.927,42	0,00	96.927,42	96.927,42	24/08/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001177	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	89.507,75	0,00	89.507,75	89.507,75	31/08/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001194	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	116.164,00	0,00	116.164,00	116.164,00	31/09/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001195	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	423.700,00	0,00	423.700,00	423.700,00	02/09/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001196	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	29.900,00	0,00	29.900,00	29.900,00	02/09/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001197	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	210.000,00	0,00	210.000,00	210.000,00	02/09/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001198	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	42.110,00	0,00	42.110,00	42.110,00	02/09/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001439	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	22.958,00	0,00	22.958,00	22.958,00	18/09/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001455	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	26.528,40	0,00	26.528,40	26.528,40	18/09/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001636	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	24.200,00	0,00	24.200,00	24.200,00	07/10/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC001934	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	28.000,00	0,00	28.000,00	28.000,00	06/11/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC002023	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	440.000,00	0,00	440.000,00	440.000,00	12/11/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC002734	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	197.323,72	0,00	197.323,72	197.323,72	31/12/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC002677	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	89.828,00	0,00	89.828,00	89.828,00	31/12/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC000389	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	134.919,00	0,00	134.919,00	134.919,00	28/05/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC002483	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	81.986,15	0,00	81.986,15	81.986,15	12/12/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC002655	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	17.148,35	0,00	17.148,35	17.148,35	30/12/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC002735	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	3.676,00	0,00	3.676,00	3.676,00	31/12/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC002736	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	92.023,93	0,00	92.023,93	92.023,93	31/12/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC002737	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	31/12/09	31/12/09	0

Concedente(s)									
UG		Denominação							
153173		Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Descentralização de Crédito	2009NC655855	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	246.632,52	0,00	246.632,52	246.632,52	25/08/09	31/12/09	0
Descentralização de Crédito	2009NC656459	CEFET/AL 24.464.083/0001-38	64.024,16	0,00	64.024,16	64.024,16	27/10/09	31/12/09	0

**DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO
SATUBA/AL**

Portaria 257/2009, R\$ 90.000,00, na fonte 0112915024, sendo:

R\$ 42.790,00 - PI PPP03P4000P

R\$ 47.210,00 - PI PPP03P3800P

Valores não utilizados e devolvidos À SETEC através da 2009NC001337

Portaria 294/2009, processo 23000.010663/2009-84, R\$ 332.254,80, na fonte 0112915016 - PI PPP09P41019 - VALOR GASTO com construção do espaço multieventos R\$ 332.254,80.

Portaria 294/2009, processo 23000.010660/2009-41, R\$ 264.800,00, na fonte 0112915016 - PI ppp09p41018. VALOR GASTO com construção do muro, R\$ 235.856,48.

Portaria 299/2009, processo 23000.008463/2009-61, R\$ 105.000,00, na fonte 031212915021 - PI PPP02P4000P. VALOR GASTO com aquisição de computadores e projetores de multimídia R\$ 104.983,70.

Portaria 294/2009, processo 23000.007995/2009-81, R\$ 260.542,84, na fonte 0112915016 - PI PPP09P41017 - VALOR GASTO com construção do centro de atendimento ao educando R\$ 260.542,84.

Portaria 294/2009, processo 23000.012313/2009-52, R\$ 126.355,00, na fonte 0112915024 - PI PPP03P4000P. VALOR GASTO com aquisição de animais, matrizes e reprodutores R\$ 126.100,00.

Portaria 145/2009, processo 23000.004751/2009-47, R\$ 70.000,00, na fonte 0112915016 - PI PPP09P3300P- VALOR GASTO com alimentação para os alunos R\$ 68.830,43.

Portaria 012/2009, processo 23000.002021/2009-10, R\$ 53.000,00, na fonte 0112915016 - PI PPP04P0900P- VALOR GASTO com assistência ao estudantes dos cursos PROEJA R\$ 50.500,00.

Portaria 299/2009, processo 23000.014619/2009-43, R\$ 378.450,00, na fonte 0112915024 - PI PPP03P3100P- VALOR GASTO com aquisição de veículos R\$ 374.763,31.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se Aplica.

INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se Aplica

RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se Aplica

DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DE DIREITOS DE RENÚNCIA

Não se Aplica

OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se Aplica

ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

CEFET/AL

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRO NO SISAC Quantidade
Admissão	84	-
Desligamento	-	-
Aposentadoria	10	-
Pensão	-	-

SATUBA/AL

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRO NO SISAC Quantidade
Admissão	18	15 (*)
Desligamento	-	-
Aposentadoria	4	4
Pensão	1	1

(*) 3 nomeações feitas pela Reitoria.

RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
<p>1 - ITEM N°: 4.1</p> <p>1.1 - RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Recomenda-se ao gestor que aprimore seus processos gerenciais de forma a se detectar os desvios na gestão que impedem o alcance das metas pactuadas, com objetivo de corrigir tempestivamente os eventuais problemas.</p>	<p>O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFAL, conforme Lei nº 11.892, de 29 dezembro de 2008 e Lei nº11.740, 16 de julho de 2008, que cria cargos efetivos no âmbito do Ministério da Educação destinados as Instituições Federais de Educação. Solicitou junto a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão – SETEC/MEC, conforme Portaria nº 1.500, de 09/12/2008, publicada no DOU de 10/12/2008, que cria cargo para atender inicialmente IF-AL, requisitos estes que estabeleceu concurso público para ingresso de novos servidores para o IF-AL, em 2009. Existindo despesas de exercícios anteriores, sendo assim estou convicto da serenidade, licitude e transparência das ações executada por esta gestão.</p> <p>1.1.4 Prazo: - 30/12/2009</p> <p>1.1.5: Situação em: Atendido</p>
<p>2 - ITEM 4.2</p> <p>2.1 - RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Recomenda-se ao Gestor que faça um estudo minucioso a respeito dos indicadores que obtiveram índices insatisfatórios, prestando maiores</p>	<p>O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IF-AL, Através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou nova estrutura regulamentar, Novo Estatuto regulamentando o funcionamento do Instituto Federal, conforme Resolução nº 11, de 22 de setembro de 2009, que autoriza a</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
<p>esclarecimentos a respeito dos dados utilizados para o indicador e do desempenho da Entidade.</p>	<p>aprovando o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, que aprova ad referendum do Conselho Superior, e Estatuto do IF-AL, publicado no Diário Oficial da União – DOU, de 26 de outubro de 2009.</p> <p>2.1.3 – Prazo: - 30/12/2009</p> <p>2.1.4 – Situação em: Aprovado</p>
<p>3 - ITEM Nº 4.8</p> <p>3.1 - RECOMENDAÇÃO: 001 (fls 12)</p> <p>Recomenda-se ao Gestor que empenhe-se em estruturar a Unidade de Auditoria Interna, em dar o devido respaldo no sentido de que as suas recomendações sejam implementadas, em capacitar os servidores da auditoria interna, em adquirir ou criar sistemas que possam servir de ferramentas nos trabalhos de auditoria interna.</p>	<p>Tendo em vista a importância do setor de auditoria como órgão de assessoria da gestão é de fundamental importância a estruturação da unidade, bem como a capacitação dos servidores deste setor. Desta forma, o setor de AUDINT possui atualmente 04 servidores (Jonilson, Michelly Chrystina e Silvana e Adriana), sendo essa última, contratada do concurso público em 2009, pelo IF-AL. Os servidores da Auditoria participaram do XXX FONAI realizado no mês de maio em Aracajú/SE. No período de 09 à 13/11/09, o servidor Jonilson Simões de Oliveira, servidor responsável pela AUDINT participará do XXXI FONAI, e ambos os servidores participarão de um Curso de Auditoria Governamental, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 23 à 26 de novembro de 2009, ministrado por Sérgio Jund. Quanto as recomendações do setor, estamos estudando a melhor maneira de maximizarmos o respaldo de tais recomendações.</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
	<p>3.1.3 – Prazo: - 30/12/2009</p> <p>3.1.4 – Situação em: Aprovada. Foi nomeada através da Portaria nº 1.462 de 30/12/2009 e publicado no D.O.U. Em 31/12/2009 a servidora Adriana Lins de Gusmão Vila Nova para o cargo de Auditor e lotação nesta AUDINT. Quanto a capacitação foi efetivamente realizada no mês de novembro/2009 conforme planejada.</p>
<p>2ª PARTE</p> <p>4 - ITEM 2.1.1</p> <p>4.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomenda-se ao gestor que adote as medidas necessárias para definir seus processos operacionais e gerenciais que visem identificar as falhas, erros e desvios na execução das ações definidas para a entidade.</p>	<p>Estando de acordo com o teor da recomendação, estudos serão realizados, buscando identificar as causas que levaram ao planejamento equivocado quanto a fixação de meta física para o exercício de 2008, em montante superior às reais possibilidades da entidade, ou seja, previsão de matrícula de 4.501 alunos no exercício 2008; identificadas as causas do equivoco, serão implementadas as devidas alterações na metodologia e/ou procedimentos para possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento das ações definidas para a entidade.</p> <p>4.1.3 - Prazo limite de implementação da etapa 1 (elaboração de relatório sobre estudos para identificar falhas no planejamento que resultaram na fixação equivocada de meta física de 4.501 alunos no exercício 2008): 15/12/2009.</p> <p>4.1.4 - Prazo limite de implementação da etapa 2 (adaptações dos processos operacionais e gerenciais, buscando a definição das reais</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
	<p>possibilidades da instituição, tendo em vista os recursos colocados à disposição da entidade e verificar se as metas estipuladas para o exercício 2009 poderão ser cumpridas):</p> <p>4.1.5 - Situação em: 30/12/2009</p>
<p>4.2 - RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Recomenda-se ao Gestor melhorar a metodologia de planejamento das metas da Entidade e levar em conta os custos diretos e indiretos por ocasião da definição das metas físicas.</p>	<p>Estamos estudando a melhor maneira de atender a tais recomendações, de modo que solicitamos um prazo adicional para enviarmos um anexo ao plano de providências referentes a estes itens.</p> <p>4.2.3 - Prazo limite de implementação da etapa 2 (adaptações dos processos operacionais e gerenciais, buscando a definição das reais possibilidades da instituição, tendo em vista os recursos colocados à disposição da entidade e verificar se as metas estipuladas para o exercício 2009 poderão ser cumpridas):</p> <p>4.2.4 - Situação em: 30/12/2009</p>
<p>4.3 RECOMENDAÇÃO: 003</p> <p>Recomenda-se que o Gestor faça um estudo acerca da sua capacidade física (estrutural) e de pessoal (docentes e técnicos) com o objetivo de identificar ociosidade e definir sua meta física de oferta de vagas dentro da realidade da instituição.</p>	<p>Estando de acordo com o teor da recomendação, estudos serão realizados para verificar a possibilidade de existência de ociosidade quanto à utilização da estrutura física da entidade e de seu quadro de pessoal (docentes e técnicos), para que, se constatada ociosidade, sejam adotadas providências para minimizá-la ou, preferencialmente, evitar a ocorrência de quaisquer ociosidades. Assim procedendo, espera-se que não ocorra novamente, no âmbito</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
	<p>do da instituição, o descumprimento de meta física de oferta de vagas, que deverão ser definidas em planejamento a ser realizado dentro da realidade da entidade.</p> <p>4.3.2.1 - Prazo limite de implementação da etapa 1 (elaboração de relatório sobre estudos para identificar falhas no planejamento que resultaram na fixação equivocada de meta física de 4.501 alunos no exercício 2008): 15/12/2009.</p> <p>4.3.2.2 - Prazo limite de implementação da etapa 2 (levantamento das áreas das instalações físicas da entidade, com definição de áreas não utilizadas, de espaços que poderiam ser melhor aproveitados, de áreas em reformas, manutenção ou construção): 30/12/2009.</p> <p>4.3.2.3 - Prazo limite de implementação da etapa 3 (levantamento, por departamento/coordenadoria, da força de trabalho disponível (docentes /ou técnicos), apontando a existência de ociosidade, se existente, ou certificando que os servidores disponíveis são suficientes para a execução das atividades, ou, se insuficientes, que sejam apresentados quantitativos e qualificações dos servidores necessários para suprir a carência): 30/12/2009.</p>
4.4 - RECOMENDAÇÃO: 004 Recomenda-se ao gestor, com fins de aprimoramento de seu planejamento de pessoal, elaborar	Estando de acordo com o teor da recomendação, será elaborado documento contendo a relação dos docentes do IF-AL, os respectivos regimes de trabalho, os limites mínimos e máximos de

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
<p>um estudo qualitativo e quantitativo, respeitando-se os limites de carga horária mínima e máxima de seus docentes conforme Portaria MEC 475/87, que expede Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, e/ou norma interna do seu Conselho Diretor, caso exista, que permita a esta unidade ter melhores resultados no atingimento das metas físicas da ação 2992.</p>	<p>carga horária, em observância do estipulado na Portaria MEC 475/8 e do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, bem como a carga horária executada por cada docente. Elaborar estudo qualitativo e quantitativo, com base no referido documento, sobre a possibilidade de, mesmo com a manutenção do atual quantitativo de docentes, promover alterações na situação existente, no intuito de obter melhores resultados no atingimento das metas físicas da ação 2992.</p> <p>Prazo limite de implementação da etapa 1 (elaboração de relatório sobre estudos para identificar falhas no planejamento que resultaram na fixação equivocada de meta física de 4.501 alunos no exercício 2008): 15/12/2009.</p> <p>4.4.1 - Prazo limite de implementação da etapa 2 (elaboração de documento com a relação dos docentes deste IF-AL, com dados sobre as respectivas cargas horárias): 30/12/2009.</p> <p>4.4.2 - Prazo limite de implementação da etapa 3 (elaborar relatório sobre os estudos realizados para verificar a possibilidade de alterar as cargas horárias executadas pelos docentes deste IF-AL, para buscar melhores resultados no atingimento das metas físicas da ação 2992): 30/12/2009.</p>
<p>5 - ITEM 1.1.3.7</p>	<p>Ao concluir os trabalhos da Comissão Inventariante, será tomadas as medidas</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
<p>5.1 RECOMENDAÇÃO:001 (FLS 04)</p> <p>Após apurar a responsabilidade funcional do servidor, bem como o ressarcimentos dos valores gastos irregularmente, encaminhar os resultados do Processo Administrativo Disciplinar a esta CGU- Regional/AL.</p>	<p>possíveis, de sanear as irregularidades pertinente ao assunto, identificado as parte para apuração de suas responsabilidades, conforme sugerido por esta entidade no Relatório da CGU/AL nº 224763.</p> <p>5.1.3 – Prazo: - 30/12/2009</p> <p>5.1.4 – Situação em: 31/03/2010, requerendo prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias da conclusão definitiva de inventário físico dos bens do IF-AL</p>
<p>6 - ITEM 4.1.1.1</p> <p>6.1 RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Elaborar o inventário dos bens móveis e imóveis, a fim de garantir um eficiente controle da gestão patrimonial.</p>	<p>Venho informar que às providências necessárias, de averiguar as aquisições de bens moveis, existente no Intuito Federal de Alagoas, está sendo objeto da Comissão de Inventário de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, constituída pela Portaria Nº 373/GR, de 07 de abril de 2009, alterada pela Portaria Nº 535/GR, de 04 de maio de 2009 e alterada pela Portaria Nº 902/GR, de 15 de julho de 2009, designando para fazer e concluir o Inventário Físico e Financeiro de Bens Móveis e Imóveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IF-AL, considerando que a comissão esta desempenhando seu trabalho de identificar todos os bens nos Campus de Marechal Deodoro/AL, Campus de Palmeira do Índios/AL, Campus de Maceió/AL e Campus de Satuba/AL, identificando os bens servíveis, inservíveis, ocioso em bom estado de conservação, sucatas,</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
	<p>os não identificados, os que não estão identificados, os existentes no inventário porem não localizados, para posterior identificação dos responsáveis.</p> <p>6.1.3 – Prazo: - 30/12/2009</p> <p>6.1.4 – Situação em: 31/03/2010 requerendo prorrogação de prazo por maia 90 (noventa) dias da conclusão definitiva de inventário físico dos bens do IF-AL</p>
<p>6.2 RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Após a realização do referido inventário, apurar a responsabilidade pelo desaparecimento dos bens que porventura não forem localizados.</p>	<p>Concluindo o relatório da Comissão Inventariante, que identificará todos os bens móveis e imóveis, servíveis e inservíveis, ociosos, não identificado, os tombados e não tombados, sera objeto de licitação, baixas e acertos contábeis, identificando os seus responsáveis pela não localização dos bens, será apuradas às devida providências atendendo o disposto da lei.</p> <p>6.2.3 – Prazo: - 30/12/2009</p> <p>6.2.4 – Situação em: 31/03/2010 requerendo prorrogação de prazo por maia 90 (noventa) dias da conclusão definitiva de inventário físico dos bens do IF-AL</p>
<p>6.3 RECOMENDAÇÃO: 003</p> <p>Adotar as providências para recuperar, alienar, doar ou inutilizar os bens inservíveis, atentando para as alterações que deverão ser efetuadas na contabilidade da Entidade em relação à conta</p>	<p>Com a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inventário de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, constituída pela Portaria N° 373/GR, de 07 de abril de 2009, alterada pela Portaria n° 535/GR, de 04 de maio de 2009 e alterada pela Portaria N° 902/GR, de 15 de julho de 2009, que identificará todos os bens do IF-</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
específica desses bens no ativo permanente do balanço patrimonial da Entidade.	AL, será adotado todas as medidas possíveis de regularizar o patrimônio desta instituição de ensino. 6.3.3 – Prazo: - 30/12/2009 6.3.4 – Situação em: 31/03/2010 requerendo prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias da conclusão definitiva de inventário físico dos bens do IF-AL
7 - ITEM 4.1.1.2 7.1 RECOMENDAÇÃO: 001 A UG deverá adotar providências com vistas ao reaproveitamento, alienação, cessão ou outra forma de desfazimento, na forma do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.	Estamos tomando todas medidas necessárias para ajustar o Inventário Patrimonial do IF-AL, em conformidade com o levantamento a concluir pela Comissão Inventariante, que ao identificar todos os Bens Patrimoniais do IF-AL, identificando-os, por categoria, como reaproveitável, alienáveis, cessão ou outras formas de desfazimento, atendendo o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990. 7.1.3 – Prazo: - 30/12/2009 7.1.4– Situação em: 31/03/2010, requerendo prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias da conclusão definitiva de inventário físico dos bens do IF-AL.
8 - ITEM 4.1.1.3 8.1 RECOMENDAÇÃO: 001 A UG deverá adotar providências imediatas no sentido de instaurar processo para apurar a responsabilidade referente a despesa	Venho informar que as providências necessárias, de averiguar as aquisições de bens móveis, existente no Instituto Federal de Alagoas, está sendo objeto da Comissão de Inventário de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, constituída pela Portaria nº 373/GR, de 07 de abril de 2009, alterada pela Portaria nº 535/GR, de 04 de maio de 2009 e alterada pela

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
realizada com aquisição do equipamento (nº Patrimonial 57784), no valor de R\$ 18.900,00, considerado gasto evitável, que utilizou recursos do PROEP.	<p>Portaria nº 902/GR, de 15 julho de 2009, designando para fazer e concluir o Inventário Físico e Financeiro de Bens Móveis e Imóveis deste IF-AL, identificará os bens existentes em desuso e qual motivo, localizando o setor a que ele pertence, identificando o responsável, e será apurada às responsabilidades do mesmo, no aguardo da conclusão dos trabalhos da Comissão Inventariante que estão desempenhando o trabalho de identificar os bens móveis e imóveis do IF-AL, atendendo as recomendações sugeridas por esta entidade. .</p> <p>8.1.3 – Prazo: - 30/12/2009</p> <p>8.1.4 – Situação em: 31/03/2010, requerendo prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias da conclusão definitiva de inventário físico dos bens do IF-AL</p>
8.2 RECOMENDAÇÃO: 002 Verificar a possibilidade de distribuição do material a outro órgão ou entidade.	Venho informar que às providências necessárias, de averiguar as aquisições de bens móveis, existente no Intuito Federal de Alagoas, está sendo objeto da Comissão de Inventário de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, constituída pela Portaria nº 373/GR, de 07 de abril de 2009, alterada pela Portaria nº 535/GR, de 04 de maio de 2009 e alterada pela Portaria nº 902/GR, de 15 de julho de 2009, designando para fazer e concluir o Inventário Físico e Financeiro de Bens Móveis e Imóveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IF-AL, identificará os bens existentes em

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
	<p>desuso, e qual motivo, localizando o setor a que ele pertence, identificando o responsável, e será apurado às responsabilidades do mesmo, no aguardo da conclusão dos trabalhos da Comissão Inventariante que estão desempenhando o trabalho de identificar os Bens Móveis e Imóveis do IF-AL, atendendo as recomendações sugeridas por esta Entidade.</p> <p>8.2.3 Prazo: - 30/12/2009</p> <p>8.2.4: Situação em: 31/03/2010, requerendo prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias da conclusão definitiva de inventário físico dos bens do IF-AL</p>
<p>9 - ITEM 5.1</p> <p>9.1 RECOMENDAÇÃO: 001 (fls 13)</p> <p>Abstenha-se de efetuar nomeações cujo prazo de validade esteja vencido.</p>	<p>Acompanhamento periódico da validade dos concursos</p> <p>9.1.2 Prazo: indeterminado</p> <p>9.1.3 Situação em: Aprovado e Concluído</p>
<p>9.2 RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Criar os controles internos visando efetuar o acompanhamento eficaz dos prazos de validade dos concursos realizados.</p>	<p>Acompanhamento periódico da validade dos concursos</p> <p>9.2.2 - Prazo: indeterminado</p> <p>9.2.3 - Situação em: Aprovada e Concluída</p>
<p>9.3 RECOMENDAÇÃO: 003</p> <p>Após apurar a responsabilidade pela prática dos atos com a inobservância do Art. 10, da Lei nº 8112/90, encaminhar os resultados da</p>	<p>Informamos que já houve posicionamento do TCU, através do Acórdão 2640/2009-TCU-2ª Câmara, considerando os atos legais para fins de registro.</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
<p>sindicância instaurada a esta CGU-Regional/AL.</p>	<p>9.3.3 – Prazo: Não se aplica 9.3.4 – Situação em: Aprovado e concluído</p>
<p>10 - ITEM 5.3.1.1</p> <p>10.1 - RECOMENDAÇÃO: 001 (fls 16)</p> <p>Abstenha-se de conceder aposentadoria a servidores que não tenham preenchidos todos os requisitos exigidos em lei e demais normativos que regulamentam a matéria</p>	<p>Capacitar os servidores da Coordenação de Legislação de Pessoal e Benefícios, que trata das aposentadorias , desde que seja liberado verba quando houver cursos/eventos, bem como ampliar o quantitativo de pessoal para no mínimo 07 (sete) servidores (atualmente existem apenas 03 servidores). Ressaltamos que o quadro de pessoal do Instituto tem aumentado, assim como as constantes mudanças na legislação de pessoal</p> <p>10.1.2 Prazo: indeterminado 10.1.3 Situação em: Aprovado e concluído</p>
<p>10.2. RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Criar controles internos objetivando evitar que erros dessa natureza aconteçam.</p>	<p>vide comentário do item 10.1.1</p> <p>10.2.3 - Prazo: indeterminado 10.2.4 - Situação em: Aprovado e concluído</p>
<p>11 - ITEM 5.3.1.5</p> <p>11.1 RECOMENDAÇÃO: 001 (Fls 22)</p> <p>Atender a determinação do TCU disposta no item 4.1.9 do Acórdão nº 567/2008 – 2º Câmara, a saber: “Proceda a exclusão dos tempos averbados com base apenas em justificação judicial, por estarem em</p>	<p>A aposentada foi notificada sobre a possibilidade de exclusão do tempo de serviço averbado, com base apenas em justificação judicial, manifestou-se em tempo hábil e o processo foi remetido à CGU-AL para análise</p> <p>11.1.2 - Prazo: 31/03/2010 11.1.3 - Situação em: Aguardando retorno do processo</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
desacordo com a Lei nº 8231/1991, com o Decreto nº 3048/1999 e com a jurisprudência deste Tribunal;”	
<p>11.2 RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Abstenha-se de averbar tempo de serviço com base apenas em justificção judicial, em face do disposto na Súmula de jurisprudência nº 107 do TCU.</p>	<p>A aposentada foi notificada sobre a possibilidade de exclusão do tempo de serviço averbado, com base apenas em justificção judicial, manifestou-se em tempo hábil e o processo foi remetido à CGU-AL para análise.</p> <p>11.2.3 – Prazo: 31/03/2010</p> <p>11.2.4 - Situação em: aguardando retorno do processo</p>
<p>11.3 RECOMENDAÇÃO: 003</p> <p>Providenciar programa de capacitação continuado dos servidores da área de pessoal.</p>	<p>Solicitar, sempre por escrito, a participação dos servidores da Diretoria de Gestão de Pessoas nos eventos correlatos a área de atuação, justificando, inclusive, a necessidade de conhecimento e a mudança constante nas legislações pertinentes à Gestão de Pessoas</p> <p>11.3.2 - Prazo: indeterminado</p> <p>11.3.3 - Situação em: Aprovado e concluído</p>
<p>11.4. RECOMENDAÇÃO: 004</p> <p>Criar controles internos para verificação das condições de concessão de aposentadoria</p>	<p>Capacitar os servidores da Coordenação de Legislação de Pessoal e Benefícios, que trata das aposentadorias , desde que seja liberado verba quando houver cursos/eventos, bem como ampliar o quantitativo de pessoal para no mínimo 07 (sete) servidores (atualmente existem apenas 03 servidores). Ressaltamos que o</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
	quadro de pessoal do Instituto tem aumentado, assim como as constantes mudanças na legislação de pessoal. 11.4.2 - Prazo:31/03/2010 11.4.3 - Situação em: Aprovado e concluído
11.5 RECOMENDAÇÃO: 005 Submeter a apreciação da Assessoria Jurídica os atos que envolvam ações judiciais quando envolver a área de pessoal (ativos, inativos e pensionistas).	Remeter todos os processos judiciais e/ou que tenhamos dúvidas à Procuradoria Jurídica do IF-AL 11.5.2 Prazo: indeterminado 11.5.3 Situação em: Aprovado e concluído
12 - ITEM 5.4.1.5 12.1 RECOMENDAÇÃO: 001 (fls 25) Efetuar levantamento dos servidores que recebem auxílio relativo ao transporte intermunicipal e interestadual a fim de avaliar a pertinência da concessão e acompanhar a comprovação das despesas conforme o disposto no Acórdão 2.211/2005 emanado do TCU.	Documento conclusivo, com relação dos nomes do servidores que percebem auxílio transporte nos Campi Marechal Deodoro, Maceió e Palmeira dos Índios. 12.1.2 - Prazo: indeterminado 2.1.3 1- Situação em: Aprovado, Concluído e Providenciado
12.2 - RECOMENDAÇÃO: 002 Realizar o pagamento do auxílio-transporte somente mediante prestação de contas no mês anterior	Já implementado 12.2.2 Prazo: indeterminado 12.2.3 Situação em: Aprovado, Concluído e Providenciado
13 - ITEM 7.1.1.1	Às 02 recomendações constantes deste item já foram alvo de resposta através do ofício nº

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
<p>13.1 - RECOMENDAÇÃO: 001 (fls 30)</p> <p>Adotar as providências necessárias para elaborar o RAINT conforme preconizados na IN SFC nº 01/2007.</p>	<p>09/2009-AUDINT, sendo certo que as dificuldades encontradas para elaboração do RAINT não são apenas de nossa Unidade, mas também de várias outras unidades da Federação, de modo que com a realização do XXXI FONAI, esperamos receber orientações satisfatórias para elaboração do RAINT, e conseqüentemente elaborarmos um RAINT de acordo com os anseios desta CGU/AL.</p> <p>13.1.3 Prazo: 30/12/2009</p> <p>13.1.4 Situação em: 30/10/2009 - Aguardando a realização do XXXI FONAI.</p>
<p>14 - ITEM 7.1.1.2</p> <p>14.1 - RECOMENDAÇÃO: 001 (fls 32)</p> <p>Adotar as providências necessárias, de forma tempestiva, para a aprovação do Estatuto de funcionamento da unidade de auditoria interna da Entidade.</p>	<p>Não há providências a serem implementadas, uma vez que o Estatuto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas já foi devidamente publicado no DOU do dia 26 de outubro de 2009</p> <p>14.1.3 - Prazo: Não se aplica</p> <p>14.1.4 - Situação em: Aprovada e concluída</p>
<p>15 - ITEM 7.1.1.3</p> <p>15.1 RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Reitera-se ao Reitor da Entidade a normatização do funcionamento da Unidade de Auditoria Interna</p>	<p>O IF-AL, na sua estrutura, atual já vincula a Auditoria Interna ao Conselho Superior, que atuará de forma definitiva normatizando o seu funcionamento como Auditoria Interna do IF-AL.</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
vinculando-a ao Conselho Diretor, conforme normativos legais, visando atender plenamente ao <i>disposto no Art.15, par.3º, do Decreto nº 3.591, de 06/09/2000.</i>	<p>15.1.2 – Prazo: 31/12/2009</p> <p>15.1.3 – Situação em: Aprovado e concluído</p>
<p>16 - ITEM 7.1.1.4</p> <p>16.1 - RECOMENDAÇÃO: 001 (fls 35)</p> <p>Adotar as providências necessárias para verificação dos sistemas e aplicativos necessários que visem auxiliar os trabalhos de auditoria, encaminhando as necessidades ao Diretor-Geral para fins de aquisição.</p>	<p>Certamente é necessária a estruturação da unidade de Auditoria Interna, de modo que a AUDINT- IF-AL, já elaborou um estudo acerca do material necessário para dar suporte e embasamento as decisões e orientações emanadas da AUDINT-IF-AL, de modo que enviamos solicitação de compras ao REITOR solicitando a aquisição de algumas obras de direito e contabilidade para assessorar nossos trabalhos</p> <p>16.1.2 - Prazo: Não se aplica</p> <p>16.1.3 - Situação em: A compra dos referidos livros já foi autorizada pelo Reitor, estando no setor de licitação para a aquisição.</p>
<p>17 - ITEM 7.1.1.5</p> <p>17.1 - RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Submeter o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT à apreciação da instância superior, conforme determina o Art.</p>	<p>Conforme consta no próprio relatório de Auditoria nº 224736, elaborado por esta CGU-AL, a unidade de Auditoria enviou o Plano de auditoria Interna para Reitoria, através de memorando nº 30/2007, tendo a reitoria de forma tácita aceito o referido plano, uma vez que não manifestou nenhum juízo de</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
6º da Instrução Normativa nº 07, de 29/12/2006.	<p>desaprovação. De todo modo, após a elaboração do PAAINT referente aos próximos exercícios, a AUDINT-IF-AL o submeterá a aprovação do reitor e/ou conselho diretor para manifestação formal acerca da aprovação.</p> <p>17.1.2 - Prazo: 31/03/2010</p> <p>17.1.3 - Situação em: Aprovado e concluído.</p> <p>17.1.4 - SITUAÇÃO ATUAL: Foi elaborado o PAAINT/2010 e enviado cópia a Reitoria através do Memorando nº 78/AUDINT sugerindo apreciação/aprovação do Conselho Superior, após a posse do mesmo, conforme estabelece a IN 07/2006. Estamos aguardando o retorno das férias dos servidores docentes que fazem parte do referido Conselho para então submeter o documento (PAAINT) a sua aprovação.</p>
<p>18 - ITEM 7.1.1.6</p> <p>18.1 - RECOMENDAÇÃO: 001 Envidar esforços no sentido de elaborar o PAAINT conforme a Instrução Normativa nº 07/2006, da Controladoria-Geral da União.</p>	<p>Os servidores da AUDINT-IF-AL se esforçarão para elaborar o PAAINT conforme a Instrução Normativa nº 07/2006, entretanto não conseguem satisfazer a pretensão dos Auditores Internos da CGU-AL, de modo que, conforme já mencionado no OF 09/2009, a dificuldade na elaboração do PAAINT é uma dificuldade de várias instituições Federais de Ensino do Brasil, sendo certo que não é um problema específico da unidade da AUDINT do IF-AL. A</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
	<p>dificuldade é tamanha que será um dos temas abordado pelo Fórum Nacional de Auditores Internos do MEC, que realizar-se-á no mês de novembro deste ano.</p> <p>18.1.3 - Prazo: 30/11/2009</p> <p>18.1.4 - Situação em: Aprovado e Concluído</p> <p>18.1.6 - SITUAÇÃO ATUAL: Foi elaborado o PAINT/2010 buscando aproximar o máximo do que preconiza a IN nº 07/2006, bem assim seguir as orientações da CGU/PR-AL.</p>
<p>19 - ITEM 7.1.1.7 (FLS 44)</p> <p>19.1 - RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar as providência necessárias para verificar as causas que estão impactando na implementação das recomendações dos órgãos de controle, a fim de que sejam identificados os problemas e adotadas as medidas cabíveis.</p> <p>19.2 - RECOMENDAÇÃO: 002 Adotar as medidas necessárias, tempestivas e oportunas, para dar cumprimento às recomendações dos órgãos de controle interno e externo e da unidade de auditoria interna.</p>	<p>Com nova estrutura do IF-AL, estruturamos de forma positiva as ações de acompanhamento da execução dos programas e projetos nas unidades dos campi do IF-AL, tornando-as progressivas e continuas nos assessoramentos da gestão em 2009/2010.</p> <p>19.1.2 – Prazo: 31/03/2010</p> <p>19.1.3 – Situação em: Aprovado e Concluída</p> <p>Com nova estrutura do IF-AL, estruturamos de forma positiva as ações de acompanhamento da execução dos programas e projetos nas unidades dos campi do IF-AL, tornando-as progressivas e continuas nos assessoramentos da gestão em 2009/2010.</p> <p>19.2 .3– Prazo: 31/03/2010</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
<p>19.3 - RECOMENDAÇÃO: 003</p> <p>Apurar responsabilidade em relação aos servidores que estão se negando a fornecer as informações ou mesmo que não estão implementando as recomendações dos órgãos de controle.</p>	<p>19.2.4 – Situação em: Aprovado e Concluída</p> <p>Com nova estrutura do IF-AL, estruturamos de forma positiva as ações de acompanhamento da execução dos programas e projetos nas unidades dos campi do IF-AL, tornando-as progressivas e continuas nos assessoramentos da gestão em 2009/2010.</p> <p>19.3.2 – Prazo: 31/03/2010</p> <p>19.3.3 – Situação em: Aprovado e Concluída</p>
<p>20 - ITEM 7.1.1.8</p> <p>20.1 - RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Reitera-se a recomendação de o gestor envidar esforços junto ao Ministério Supervisor, no sentido de que se cumpra o previsto no Decreto nº 3.591, de 06/09/2000, especificamente em seu art.14.</p> <p>21 - ITEM 7.1.3</p>	<p>Foi publicada a Portaria Nº 1.462 DOU de 31/12/2009, designada para ocupar o cargo de Auditor a Servidora ADRIANA LINS DE GUSMÃO VILA NOVA, sendo que a posse ocorreu em janeiro/2010, bem assim, no segundo semestre foi feito curso de capacitação com os dois servidores da Auditoria Interna deste IF-AL.</p> <p>20.1.2 – Prazo: 31/03/2010</p> <p>20.1.3 – Situação em: Aprovado e Concluída</p>
<p>21.1 - RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Recomenda-se ao Gestor que adote as providências para criar as rotinas, planos, métodos e procedimentos, visando estabelecer os controles internos administrativos para as</p>	<p>Esta Gestão envida esforços, no sentido de capacitação dos servidores dos setores e departamento, sendo de forma de rodizio, capacitando democraticamente. Criando o programa sistematizado de sugestões de</p>

Relatório nº: 224763/CGU-AL	
Fato e Recomendação da CGU/AL	Implementação/Providências do Gestor/CEFET-AL
<p>áreas de pessoal, patrimonial, setor financeiro, setor orçamentário, suprimento de bens e serviços.</p>	<p>capacitação nos diversos setores do IF-AL, Perfazendo assim a opinião dos servidores em quais as prioridades de cursos e treinamentos a ser realizados voltados para área de atuação dos mesmos.</p> <p>21.1.2 – Prazo: 31/03/2010</p> <p>21.1.3 – Situação em: Aprovado e Concluído</p>
<p>21.2 RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Estabeleça tempestivamente, em ato normativo próprio, as competências ou atribuições e atividades a serem desenvolvidas pela unidade de auditoria, por ocasião da elaboração do Estatuto do IF/AL.</p>	<p>Com a Conclusão do Estatuto, Regimento Interno, Conselho Superior, Estruturação e Organograma, Atribuições de Competência dos Cargos e Funções do IF-AL. Ficando definida atribuição e competência da Auditoria Interna, tornando sua publicidade pelo DOU.</p> <p>21.2.3 – Prazo: 31/03/2010</p> <p>21.2.4 – Situação em: Aprovado e Concluído</p>

Determinações e Recomendações do TCU

UNIDADE JURISDICIONADA: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas

1 - ACÓRDÃO 672/2009 – Plenário PROCESSO: 017.050/2005-9 TIPO: DE

Descrição da Deliberação: b) Determinar aos órgãos a seguir listados...

b.1) procedam, no prazo de 150 dias, em relação aos servidores constantes da lista acostada aos autos (fls. 14/165 do volume principal) que lhes sejam vinculados, conforme o disposto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;

b.2) encaminhem a este Tribunal, para cada servidor nomeado, relatórios circunstanciados, acompanhados de cópia, na íntegra, dos procedimentos sumários adotados;

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Itens: b1 e b2

Com relação ao referido acórdão a Auditoria Interna emitiu , em 15 de junho de 2009, Nota de Auditoria de nº 001/2009 para a Gerência de Gestão de Pessoas relativa à este Acórdão para que a mesma tomasse ciência do referido acórdão e nos informasse as providências adotadas acerca do cumprimento das determinações emanadas do Tribunal de Contas da União.

Setor responsável pela implementação: Diretoria de Gestão de Pessoas.

Resultado: Até a presente data não recebemos as devidas informações, iremos reiterar o pedido, caso a resposta não seja atendida até o final deste mês.

Síntese dos resultados: Em andamento

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Aguardando pronunciamento da SRH/MEC.

2 - ACORDÃO 1271/2009 – Plenário PROCESSO: 017.050/2005-9 TIPO: CI

Descrição da Deliberação: “9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com fundamento nos art. 34, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno desta Corte de Contas para, no mérito, rejeitá-los;”

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Item: 9.1

Com relação a este acórdão o IF-AL não adotou nenhuma providência, uma vez que o referido acórdão tratou de embargo interpostos pelos interessados, sendo que no mérito tal acórdão foi julgado improcedente, de modo que continua vigendo a decisão do Ac. 672/2009.

Síntese dos resultados: Não há

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Não há.

3 - ACÓRDÃO Nº 2640/2009 - TCU - 2ª Câmara PROCESSO TC-010.429/2008-0 TIPO: DE

Descrição da Deliberação: “1.5. Determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas que, ao prorrogar os concursos que vier a realizar, atente para que a data de publicação no Diário Oficial da União do ato de prorrogação se dê na vigência dos certames, em obediência ao princípio constitucional da publicidade.”

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Item: 1.5

O referido acórdão considerou legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal dos servidores mencionados no respectivo acórdão, e recomendou ao CEFET que ao prorrogar os concursos que vierem a ser realizados, atente para a data da publicação no DOU do ato da prorrogação, em obediência ao princípio da publicidade.

Enviamos cópia do referido acórdão para DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas, que nos informou que estão atentos aos prazos para publicação.

Setor Responsável: Diretoria de Gestão de Pessoas- DGP

Resultado: A DGP está atenta a tal recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: O setor responsável esta mais atenta aos tramites legais.

4 - Acórdão 3677/2009 - Segunda Câmara PROCESSO: 007.545/2009-5 TIPO: CI

Descrição da Deliberação: “ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 39 da Lei n.º 8.443/1992 e no art. 7º da Resolução nº 206/2007, em:
9.1. considerar prejudicada a apreciação da presente concessão;

9.2. arquivar o presente processo”

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Não foram adotadas providências em relação ao referido acórdão, posto que o mesmo não fez nenhuma recomendação, tampouco modificou situação fática ou jurídica, tendo sido determinado apenas o arquivamento do processo.

Setor responsável pela implementação: Diretoria de Gestão de Pessoas

Resultado: Não há

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram /prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Não há.

5 - ACÓRDÃO Nº 5335/2009 - TCU - 2ª Câmara PROCESSO: TC-013.411/2008-7

**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA: Ofício nº 536/2009/AECI/GM/MEC
TIPO: DE**

Descrição da Deliberação: "1.5. Determinar ao IFAL para que se abstenha de realizar contabilização de receitas e despesas, à qualquer título, em desacordo com a Lei 4.320/1964, observando, em especial, os arts. 56 e 60/63 do referido normativo."

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Item : 1.5

O referido acórdão determinou ao IFAL que se abstenha de realizar contabilização de receitas e despesas, à qualquer título, em desacordo com a Lei 4.320/1964, observando, em especial, os arts. 56 e 60/63 do referido normativo, de modo que tal recomendação esta sendo cumprida, conforme pode ser verificado no SIAFI.

Setor Responsável: Diretoria de Contabilidade Finanças e Materiais

Resultado: Estamos mais atentos a contabilização de receitas e despesas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Tal recomendação permitiu nos adequarmos melhor a Lei 4.320/1964 e corrigirmos algumas distorções.

**6 - ACÓRDÃO Nº 6677/2009 - TCU - 2ª Câmara PROCESSO: TC – 018.185/2008-9
TIPO: DE**

Descrição das deliberações: especificadas conforme abaixo:

Itens : de 1.5.1.1 à 1.5.1.20 e 1.5.2.1 à 1.5.2.2

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

O referido acórdão traçou várias determinações, as quais tentamos cumprir com a maior brevidade possível, de modo que convém citarmos cada item da recomendação para demonstrarmos as providencias adotadas.

1.5.1.1– inclua, no relatório de gestão, demonstrativo de todos os Processos Administrativos Disciplinares - PADs e Sindicâncias instaurados a partir do exercício de 2003, pertinentes à Instituição, com ou sem a participação do Ministério da Educação nos trabalhos respectivos, contendo detalhamento do motivo da instauração, situação atual,

responsabilidades eventualmente apuradas e resultados dos julgamentos procedidos, e ainda, as justificativas devidas, se for o caso, para cada processo em que não tenha sido observado o cumprimento dos prazos de conclusão estabelecidos nos arts. 145, parágrafo único, e 152, da Lei nº 8.112, de 1990;

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:

Setor Responsável: Reitoria

Resultado:

PROCESSOS SOB A TUTELA DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

ARQUIVADOS

- 1- Processo nº 00190.037107/2007-06 (processo original), Portaria nº 317/CGU, de 27/02/2008, publicada no DOU de 28/02/2008.
- 2- Processo nº 00202.000097/2008-40 (desmembrado do original), Portaria nº 903/CGU, de 01/07/2008, publicada no DOU de 02/07/2008.
- 3- Processo nº 00202.000098/2008-94 (desmembrado do original), Portaria nº 904/CGU, de 01/07/2008, publicado no DOU de 02/07/2008.

CONCLUÍDO E EM FASE DE JULGAMENTO

- 4- Processo nº 00202.000099/2008-39 (desmembrado do original), Portaria nº 913/CGU, de 02/07/2008, publicada no DOU de 03/07/2008.

AINDA EM ANDAMENTO

- 5- Processo nº 00202.000100/2008-25 (desmembrado do original), Portaria nº 905/CGU, de 01/07/2008, publicada no DOU de 02/07/2008.
- 6- Processo nº 00202.000101/2008-70 (desmembrado do original), Portaria nº 906/CGU, de 01/07/2008, publicada no DOU de 02/07/2008.
- 7- Processo nº 00202.000102/2008-14 (desmembrado do original), Portaria nº 914/CGU, de 02/07/2008, publicada no DOU de 03/07/2008.
- 8- Processo nº 00202.000103/2008-69 (desmembrado do original), Portaria nº 915/CGU, de 02/07/2008, publicada no DOU de 03/07/2008.
- 9- Processo nº 00202.000913/2009-04 (desmembrado do 00202.000103/2008-69), Portaria nº 2061/CGU, de 09/10/2009, publicada no DOU de 13/10/2009.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Trâmite bastante lento por falta de servidores capacitados e com predisposição a executar estas ações.

- – Faça constar de suas prestações de contas anuais, Parecer do Conselho Diretor do IFAL, contendo manifestação conclusiva acerca da propriedade e regularidade dos registros contábeis, dos fatos econômico-

financeiros e da execução orçamentária da receita e da despesa pública do exercício em questão, nos termos do art. 8º, item VI, do Regimento Interno do mencionado Conselho, aprovado em 26/8/2005.

Setor Responsável: Reitoria

Providências Adotadas: Tal determinação está sendo atendida de modo que está previsto no Regimento Interno aprovado em 02 de março de 2010 tal determinação.

Resultado: A prestação de contas da entidade esta sendo submetida ao conselho para que o mesmo emita parecer.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/ prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Tal recomendação permite a maior publicidade dos atos administrativos facilitando a participação e o acompanhamento por parte dos conselheiros, servindo inclusive como parâmetros para futuras decisões.

- - dê cumprimento ao art. 14 do referido Regimento Interno, que prevê a realização de, pelo menos, uma reunião mensal ordinária do referido colegiado;

Setor Responsável: Conselho Superior

Providências Adotadas: Tal recomendação encontra-se prejudicada em função da aprovação do novo regimento interno que prevê a realização das reuniões ordinárias a cada dois meses.

Resultado: De acordo com o novo regimento interno, art 14, as reuniões ocorreram a cada dois meses.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: com o advento do novo Regimento Interno o prazo para reuniões ordinárias passa a ser bimestral.

- - abstenha-se de restringir o leque de potenciais empresas interessadas em licitações para a contratação de prestadores de serviços, evitando exigências que não se qualifiquem como essenciais para o cumprimento do objeto em demanda, consoante art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993.

Setor Responsável: Licitação e Pregão

Providências Adotadas: Foi dado conhecimento de tal decisão ao setor de licitação e pregão de modo que o mesmo passou a adotar os procedimentos conforme determinado.

Resultado: Tal recomendação vem sendo observada por esta entidade, tendo em vista eliminar possíveis falhas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Tal determinação permitiu nossa entidade se adequar melhor a legislação em vigor.

- - implemente rigoroso controle em relação aos deslocamentos dos veículos da entidade, efetuando os devidos registros de autorização, uso, natureza da saída, quilometragem e hora da saída e da chegada, de forma a possibilitar a conciliação da quilometragem rodada por veículo e o consumo de combustível do mês, nos termos da legislação vigente, promovendo sindicância toda vez que constatar o uso irregular de seus veículos, e instaurando o competente procedimento administrativo disciplinar sempre que comprovadas irregularidades;

Setor Responsável: Coordenadoria de Transportes

Providências Adotadas: Foi dado conhecimento de tal decisão ao setor de transportes de modo que o mesmo passou a adotar os procedimentos conforme determinado.

Resultado: A referida determinação vem sendo cumprida, de modo que a CGU-AL já verificou através de auditoria os sistemas de controle concernentes ao setor de Transportes.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Tal determinação permitiu maior controle acerca do uso e gastos referentes aos bens públicos (veículos).

- - Adote sistema de manutenção preventiva em seus veículos e, no caso de realização de serviços eventuais com terceiros, efetue e verifique a pertinência de orçamentos prévios, objetivando contratação mais econômica.

Setor Responsável: Coordenadoria de Transportes

Providências Adotadas: Foi dada ciência de tal recomendação ao setor de transporte. Resultado: Devido a necessidade de todas as contratações do setor publico ter que se dar através de licitação, ainda não foi possível implantarmos tal recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: É necessário verificar qual o tipo do procedimento licitatório a ser adotado para posteriormente implantarmos tal recomendação, pois envolve compra de peças e serviços, empresas locais com dificuldades para elaborar planilha de custo e também com restrições no CADIM entre outras dificuldades. Os fatores Negativos: veículos parados na garagem do Órgão por falta de manutenção e/ou sendo consertados mediante gastos com Cartão de Pagtº (CPGF).

- - verifique a viabilidade e a conveniência de alocar em seu Setor de Transporte servidores devidamente capacitados para o controle de veículos e de manutenção, acima referenciados.

Setor Responsável: Coordenadoria de Transportes

Providências Adotadas: Houve uma mudança na chefia do setor de modo a melhorar os instrumentos de controle naquele setor.

Resultado: Com a observância de tal determinação foi possível melhorar as ações de controle naquele setor, de modo que tais providências já foram implementadas;

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Em que pese alguma demora na disponibilização de informações, o setor está conseguindo melhor organizar suas atividades.

- - realize controle segregado das seguintes despesas: combustível de veículos oficiais; de lubrificante para as diversas finalidades verificadas na Instituição; e de combustível utilizado em seus laboratórios;

Setor Responsável: Coordenadoria de Transportes

Providências Adotadas: Houve uma mudança na chefia do setor de modo a melhorar os instrumentos de controle naquele setor.

Resultado: Com a observância de tal determinação foi possível melhorar as ações de controle naquele setor, de modo que tais providências já foram implementadas;

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Em que pese alguma demora na liberação de informações, o setor está conseguindo melhor organizar suas atividades.

- - Adote medidas efetivas, por ocasião do término da vigência do Contrato nº 61/2007, para evitar as ocorrências registradas no Relatório da Sindicância a que se refere a Portaria nº 656/DG, de 06/08/2008;

Setor Responsável : Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Providências Adotadas: Após encerramento da vigência do contrato em 2008, não houve mais renovação do mesmo, de modo que esta Pró - Reitoria está envidando esforços para o efetivo cumprimento a esta determinação em observância à legislação pertinente.

Resultado: No aguardo do novo processo licitatório em atenção as recomendações dos órgãos de controle.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Não Há

- - atente para a necessidade de prévio projeto básico em nível de detalhamento adequado, especialmente na contratação de obras de engenharia, contendo os elementos previstos no art. 6º, inciso IX, da Lei nº

8.666, de 1993, de forma a evitar repactuações para incluir serviços não previstos na respectiva licitação;

Setor Responsável : Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Providências Adotadas: Foi enviado cópia do referido acórdão para o setor competente.

Resultado: Tal determinação esta sendo observada quando da realização dos contratos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Tal determinação permitiu ao setor competente elaborar contratos mais antenados com a realidade do setor público de modo a evitar inclusive o re-trabalho para repactuar clausulas contratuais.

- - conclua no prazo de 90 (noventa) dias, as pendências do inventário de bens móveis, promovendo a baixa dos bens não localizados, após as possíveis responsabilizações, em cumprimento às determinações contidas no Acórdão nº 69/2008 - TCU - Segunda Câmara e no Acórdão nº 3037/2007 - TCU - Primeira Câmara;

Setor Responsável: Comissão de Inventário

Providências Adotadas: Já havia sido criada uma comissão de servidores para elaborar o inventario de bens móveis, através da portaria 373/GR de 07 de abril de 2009, após tal acórdão foram realizadas reuniões para agilizarmos o andamento do inventario.

Resultado: Estamos concentrando esforços para atendermos tal recomendação, entretanto em virtude do tamanho de nossas unidades ainda não concluímos tal recomendação, de modo que já estamos na fase final para o seu cumprimento integral.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: A extensão dos campi e a grande quantidade de bens do Instituto Federal de Alagoas vem dificultando a conclusão dos trabalhos da comissão, que embora esteja bastante empenhada na conclusão dos trabalhos, o inventario ainda não foi totalmente concluído, sendo certo que já estamos na fase de conclusão.

- - inclua, no relatório de gestão, informações acerca da revisão efetuada nos pagamentos de adicional de insalubridade/periculosidade, em função do Laudo Ambiental elaborado pelo SESI/AL no exercício de 2008, elencando os servidores efetivamente aptos ao recebimento do adicional em tela, sujeitos às condições previstas nas Leis nº 8.112, de 1990 e 8.270, de 1991;

Setor Responsável : Diretoria de Recursos Humanos

Providências Adotadas: Estamos aguardando a elaboração de um novo Laudo Ambiental, sendo que os adicionais já concedidos foram mantidos, entretanto o processo para concessão de novos adicionais está aguardando resultado de novo Laudo Ambiental. Conforme Orientação Normativa nº 2, de 19 de Fevereiro de 2010, a qual estabelece novas orientações para concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade e elaboração do laudo ambiental, esta Diretoria, conjuntamente, com o Reitor, já está

negociando com as entidades competentes para emissão de novo Laudo ambiental em consonância com a legislação vigente.

Resultado: Aguardando a elaboração de um novo Laudo Ambiental.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

- - passe a formalizar adequadamente os processos administrativos, em especial os relativos a certames licitatórios, fazendo constar nos autos os comprovantes da publicação em imprensa oficial exigidas pela Lei nº 8.666, de 1993, bem assim os instrumentos convocatórios definitivos, devidamente assinados pelos servidores competentes, em vez apenas das respectivas minutas, em obediência ao art. 38 da referida Lei.

Setor Responsável : Pró-Reitoria de Administração e Manutenção

Providências Adotadas: Foi dada ciência do referido acórdão ao setor competente.

Resultado: Estamos cumprindo tal determinação, de acordo com a legislação vigente

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: O setor passa a trabalhar de forma mais atenta a lei 8666 de 1993, de forma a proporcionar maior efetividade ao princípio da publicidade.

- - atente para o que estabelece o art. 8.º, inciso II, do Decreto nº 3.555, de 2000, bem como o art. 7.º, § 4.º, da Lei nº 8.666, de 1993, no que tange à necessidade de elaboração de orçamento detalhado para contratação de prestação de serviços, e, ainda, o art. 44 da mesma Lei, em especial, quanto à necessidade de fixação de critérios objetivos, nos instrumentos convocatórios, para o julgamento de propostas de licitantes;

Setor Responsável : Pró-Reitoria de Administração e Manutenção

Providências Adotadas: Foi dada ciência do referido acórdão ao setor competente.

Resultado: O setor competente vem observando as determinações emanadas neste item.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: O setor passa a trabalhar de forma mais atenta a lei 8666 de 1993, de forma a proporcionar maior efetividade ao princípio da publicidade.

- - especifique, nos respectivos instrumentos convocatórios, em relação ao objeto a ser contratado, apenas as características indispensáveis às necessidades da entidade, justificando adequadamente e por escrito, nos casos em que se exigir o atendimento a peculiaridades extremas do produto ou gênero a ser adquirido, de modo a se evitar

restrição à competitividade, em observância ao disposto no art. 3º, caput, e § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

Setor Responsável : Pró-Reitoria de Administração e Manutenção e Setor de Licitações e Pregão

Providências Adotadas: Foi dada ciência do referido acórdão ao setor competente.

Resultado: O setor competente vem observando as determinações emanadas neste item.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: O setor passa a trabalhar de forma mais atenta a lei 8666 de 1993, de forma a proporcionar maior efetividade ao princípio da isonomia

- -abstenha-se de contratar, por dispensa de licitação, a Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes), que atua junto à UFAL para a realização de concursos/seleções públicos, a exemplo do vestibular, por ausência de fundamento legal, em virtude do entendimento já firmado por este Tribunal, no sentido de que a contratação direta de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, com base no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, é admitida, excepcionalmente, quando houver nexos entre este dispositivo, a natureza da instituição e o objeto a ser contratado (vide relatórios e votos condutores dos Acórdãos nºs 1.613/2004 - Plenário e 679/2009 - Plenário);

Setor Responsável : Pró-Reitoria de Administração e Manutenção

Providências Adotadas: Foi dada ciência do referido acórdão ao setor competente.

Resultado: Mesmo antes da publicação deste acórdão já **não** tínhamos mais nenhum contrato com a FUNDEPES.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Não há.

- - providencie a alteração da Resolução nº 005/CD/CEFET/AL, de 4/5/2004, ou a que lhe houver sucedido, bem assim dos demais normativos da Entidade, para que a Auditoria Interna do IFAL passe a atuar vinculada ao Conselho Diretor da Instituição e não mais ao Diretor-Geral (atual Reitor), com vistas a atender ao disposto no art.15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 6/9/2000, que trata do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;

Setor Responsável : Reitoria

Providências Adotadas: Estamos envidando esforços para cumprir a determinação acima.

Resultado: Já está sendo finalizada a etapa elaboração do Organograma do órgão onde constará a Auditoria Interna vinculada ao Conselho Superior, fazendo parte do regimento interno.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Tal determinação proporcionará maior autonomia ao setor de auditoria interna, bem como permitirá maior aproximação do setor com o conselho superior.

- - cumpra as orientações e determinações emanadas da Auditoria Interna do IFAL e dos demais órgãos de controle, como Controladoria-Geral da União (CGU) e TCU, promovendo ações junto às Coordenadorias da Entidade, a fim de aumentar a celeridade e a eficácia das providências corretivas adotadas;

Setor Responsável : Reitoria

Providências Adotadas: Estão sendo tomadas providências para que os diversos segmentos do IF/AL cumpram as determinações e orientações dos órgãos de controle interno e externos, bem com da auditoria interna.

Resultado: Houve uma melhora na celeridade no atendimento as recomendações dos órgãos de controle, porém ainda não na forma desejada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: O processo de comunicação e integração entre os setores ainda constitui um óbice a total implementação desta determinação.

- - aprimore o controle administrativo dos prazos de validade dos concursos realizados, evitando prorrogações de forma retroativa;

Setor Responsável : Diretoria de Recursos Humanos

Providências Adotadas: Foi dada ciência do referido acórdão ao setor competente.

Resultado: Tal recomendação vem sendo cumprida, estando os responsáveis atentos aos prazos de validade dos concursos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Não há.

- - apresente a este Tribunal, via CGU/AL, no prazo de 90 (noventa) dias, elementos que demonstrem haver adotado as medidas corretivas relativamente aos subitens 1.5.1.3, 1.5.1.5, 1.5.1.6, 1.5.1.11 e 1.5.1.17 deste Acórdão;

Setor Responsável : Reitoria

Providências Adotadas: As providências adotadas constam nos seus respectivos itens, sendo certo que a CGU-AL através de procedimentos de auditoria já tomou ciência de algumas providências já efetivamente realizadas estando outras em sua fase de conclusão.

Resultado: A CGU vem efetuando Auditorias em nossa entidade de modo que as recomendações deste item estão sendo devidamente cumpridas, que também serão informadas a este Tribunal.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Dificuldades para celeridade nos procedimentos;

1.5.2 - determinar à Auditoria Interna do IFAL que:

1.5.2.1. alerte e responsabilize, em seus trabalhos de auditoria, inclusive no parecer sobre as contas anuais do IFAL, gestores e servidores que não observarem as decisões deste Tribunal, relacionadas a essa Instituição, ou mesmo as recomendações/determinações da CGU e da Auditoria Interna;

Setor Responsável : Auditoria Interna

Providências Adotadas: Foi dada ciência do referido acórdão a esta Reitoria através do memorando 76/AUDINT em 30 de dezembro de 2009.

Resultado: O setor de Auditoria Interna do IF-AL vem constantemente em seus trabalhos alertando e/ou responsabilizando aos servidores do órgão, bem como citando o item deste acórdão para o caso do não cumprimento às determinações dos órgãos de controle.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Tal acórdão proporcionou maior autonomia ao órgão de Auditoria Interna, que anteriormente não possuía poder de responsabilizar servidores e gestores.

1.5.2.2. Acompanhe, em suas ações de controle, o cumprimento das determinações expedidas pelo TCU;

Setor Responsável: Auditoria Interna

Providências Adotadas: A Auditoria Interna já observava e acompanhava o cumprimento das determinações expedidas pelo TCU.

Resultado: A Auditoria Interna continua cumprindo tal determinação

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Falta maior celeridade nas informações solicitadas para não prejudicar outras etapas do plano de auditoria(PAINT).